

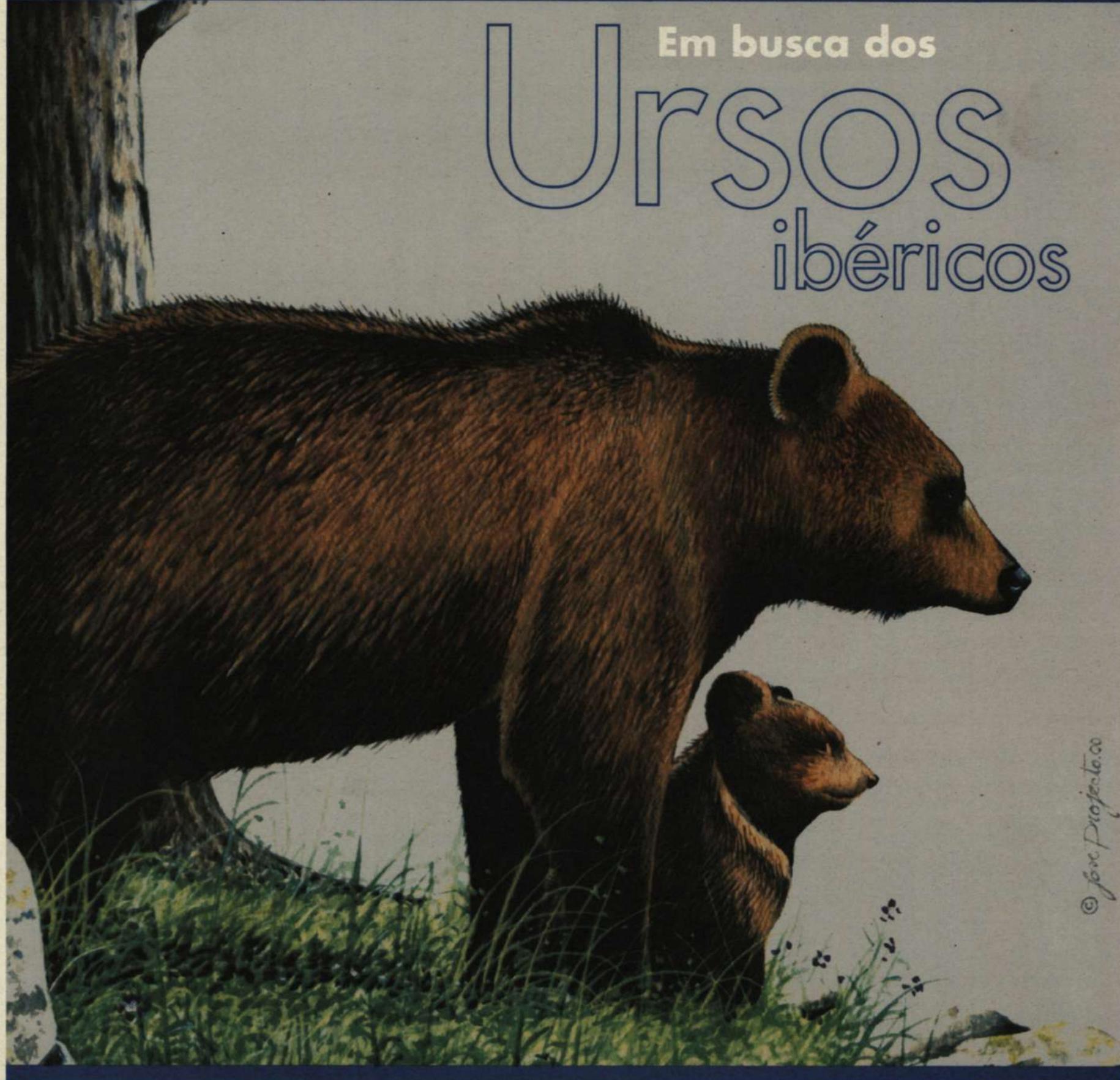
TRIBUNA DA

N.º 4 Outono 2000

NATUREZA

A VIDA SELVAGEM NAS QUATRO ESTAÇÕES

Ano 1 • Publicação Trimestral de Conservação da Natureza • 450\$00



Em busca dos Ursos ibéricos

© foxprojecto.co

Fogos devastam
últimos redutos naturais

Perigo para a fauna selvagem
Mortes na estrada

Cobra-de-água (*Natrix natrix*)

© José Projecto



em destaque

Todos os anos, o fogo devasta grande parte do território natural. Muitos incêndios varrem mesmo as áreas protegidas portuguesas, ameaçando os nossos últimos redutos naturais. Um olhar sobre a negligência e o desordenamento.

Pág. 10 a 11

Fogos devastam

últimos redutos naturais



O urso-pardo ocupa um lugar à parte nas referências quase míticas da fauna europeia. Em Portugal extinguiu-se mas, não muito longe, nas altas montanhas asturianas, luta-se ainda para preservar este extraordinário animal selvagem.

Pág. 14 a 17

últimos ursos ibéricos

Em busca dos



Pouca atenção se tem prestado ao pesado tributo pago pela fauna selvagem às grandes vias de circulação rodoviária. O pesadelo da sinistralidade nas nossas estradas afecta também, e gravemente, as espécies animais. Um "dossier" quase ignorado.

Pág. 20 a 22



Director:

Miguel Dantas da Gama

Redacção:

Bernardino Guimarães - Editor
Raul Lima - Redactor Principal
Paulo Caetano - Redactor Principal
Francisco Álvares
João Carlos Claro
João Loureiro
Luís Rodrigues
Paulo Santos
Rosa Matos (Madrid)
Serafim Riem

Concepção criativa:

Gonçalo Geraldês Cardoso
Milénio Publicidade e Marketing Comportamental

Design gráfico:

Ivone Machado

Ilustrações:

José Projecto

Assinaturas/publicidade:

Susana Sousa

Colaboraram neste número:

Carlos Maia
Fernando Monteiro
Helena Freitas
Jaime Prata
Joaquim Pedro Ferreira
José Carlos Carvalho
José Pedro Ferreira
Marcos Borga

Publicação independente aberta a pessoas e instituições que se dedicam ao estudo e à defesa da vida selvagem.

Tribuna da Natureza não é responsável pelas opiniões dos seus colaboradores quando manifestadas em textos devidamente assinados.

Edição e propriedade:

FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens

Registo ICS:

n.º 123453

Depósito Legal:

n.º 146895/00

Tiragem:

3000 exemplares

Montagem/impressão:

Gráfica Claret

Endereço:

Rua Alexandre Herculano, 371 - 4.º Andar Dto. - 4000 PORTO
Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55
E-mail: fapas@mail.esoterica.pt

Capa:

Urso-pardo - original de José Projecto



Editorial



As primeiras quatro estações

Depois do tronco despido e enregelado do último Inverno, o castanheiro, que nos acompanhou nesta primeira volta da Tribuna da Natureza em torno do Sol agora completa, cobriu-se de folhas, encheu-se de ouriços, para finalmente exibir os tons dourados da época outonal que atravessamos, evidenciando a sucessão das quatro estações.

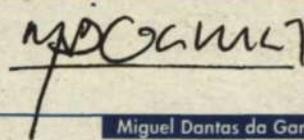
Confrontando os objectivos inicialmente traçados com os resultados até agora alcançados, a pequena mas muito motivada equipa responsável pela T.N. está optimista, apesar das contrariedades nesta fase de arranque de um projecto editorial de características muito especiais. As apreciações favoráveis que nos chegam de vários sectores ligados à conservação da natureza, incentivam-nos a continuar e reflectem por outro lado o privilégio de podermos contar com a colaboração de elementos consagrados do movimento ecologista, dirigentes e investigadores, de jovens biólogos que nas páginas da T.N. deram conta dos seus primeiros trabalhos de campo e ainda de técnicos de instituições do Estado que com a sua importante participação confirmam a abrangência com que queremos desenvolver as questões ligadas à vida selvagem.

Sem esquecer o imprescindível apoio financeiro dos patrocinadores que desde a primeira hora e sem reservas confiaram na ideia e entre os quais se contam instituições públicas de grande envergadura – uma maior valia que muito prestigia a nossa publicação – sem ignorar a colaboração sucessiva de cada vez mais amigos animados com o projecto, cabe-me nomear nesta coluna a participação de três profissionais que integram o núcleo central de uma equipa de amadores. De uma forma absolutamente desinteressada, Gonçalo Cardoso e a sua empresa, a Milénio, Publicidade e Marketing Comportamental – destacando a dedicada colaboração de Ivone Machado – dotaram a T.N. com a personalidade que já consolidou e com um design gráfico por todos reconhecido. José Projecto, uma referência em Portugal da ilustração de natureza, vem engrandecendo muitas das páginas da nossa revista, também com Arte, em grande parte propositadamente concebida para a T.N., sempre sem contrapartidas. O sugestivo castanheiro nas quatro estações, é de sua autoria. Por último o jornalista Paulo Caetano tem também sonogado tempo à sua actividade profissional, privilegiando a Tribuna da Natureza com peças jornalísticas que lhe conferem outra dimensão, para além de apoiar o projecto com um sem-número de iniciativas, apenas avaliáveis por quem confere os resultados daquele que se tem revelado um muito especial empenho.

A palavra de ordem no seio da Tribuna da Natureza é melhorar. Crescer, principalmente em qualidade. Consolidar o

projecto sem nos desviarmos do tema que lhe dá sentido: o estudo e a defesa da vida selvagem, desenvolvidos o mais próximo possível do terreno para que se possa transmitir a mais actual e documentada situação do estado de conservação dos ecossistemas, com particular incidência, do nosso país. Queremos que a revista realce de uma forma crescente as causas e as motivações de quem com estes objectivos se aproxima da Natureza, divulgando os avanços e os recuos do seu trabalho muitas vezes reveladores das contradições com que o Homem actual compromete a biodiversidade e consequentemente o futuro da vida na Terra.

Por isso continuamos a desafiar a participação de todos os que também se inquietam com esta incontornável questão, marcando encontro com os leitores no próximo Inverno de 2001. **N**


Miguel Dantas da Gama

Barómetro da estação

Tempestade... O Instituto da Conservação da Natureza (ICN) abdica de investir na área da conservação, que lhe compete, canalizando as verbas disponíveis para acções que não lhe estão atribuídas ou consumindo-as maioritariamente em despesas correntes que reflectem as más gestão e organização desta instituição. O que há muito se revelava evidente, foi tecnicamente demonstrado numa avaliação competente que aponta no mesmo sentido do "discurso radical" dos ecologistas. Da falta de uma estratégia, de planos e objectivos quantificados e calendarizados e da definição de prioridades que sempre denunciámos, resulta a degradação crescente dos nossos espaços naturais, constatável no terreno.

...só **Tempestade!** Mais um Verão, o desastre acumula-se. Depois do silêncio cíclico, reflexo da inoperância dos meses da época "baixa", o país entra na espiral incendiária que aproxima a floresta portuguesa, no seu todo - e não a espécie A ou B, vegetal ou animal - da situação de "em vias de extinção". As explicações oficiais repetem-se: as matas estão por limpar, as condições climatéricas são adversas, é preciso investir mais no combate. Mesmo assim este ano ardeu menos que por exemplo nos E.U.A. assegura e sossega o ministro da tutela! No pico infernal desta incontornável fatalidade, os políticos resistentes aos banhos desviam-nos das verdadeiras causas do maior desastre nacional, acenando com mais uns milhões com que demagogicamente tentam arrefecer o ambiente. A ausência de uma verdadeira rede de vigilância (dissuasora e preventiva), a destruição do coberto autóctone, selvaticamente substituído por monoculturas explosivas de pinheiros e eucaliptos, reveladoras de interesses políticos de quem navega à vista, e económicos, de quem beneficia de um inexistente plano nacional de ordenamento florestal e, por fim, uma falta de educação cívica aliada a um sistemático e brutal incumprimento da lei - quando se ignoram as queimadas e os fogos de artifício de festas e romarias - são as principais razões que explicam o estado de calamidade em que Portugal mergulhou e no qual se consome o que foi o seu mais importante e multifacetado recurso que no nosso país deixou de ser renovável.

M. D. G.





O grande papel do pequeno rato-do-campo

José Carlos Carvalho*

O rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*, L., 1758) é sem dúvida um dos roedores mais abundantes existentes em Portugal, em particular nos bosques de caducifólias. Apesar de se terem realizado diversos estudos, permanecem ainda por esclarecer muitos aspectos da sua biologia e ecologia. Desta forma, pretende-se com este artigo contribuir para a divulgação de alguns conhecimentos sobre esta espécie, e sobre a sua importância nas comunidades que integra.

A região onde tem decorrido este estudo é um agrossistema típico da região do Barroso situado no Concelho de Montalegre, caracterizando-se pela presença de um sistema de pastagens (prados de lima), campos de cultivo e florestas de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) que se encontram imbricados numa extensa matriz de matos arbustivos baixos, dominados por urzes (*Erica* sp.), tojo (*Ulex* sp.) e carqueja (*Chamaespartium tridentatum*). Este padrão paisagístico em mosaico proporciona uma importante diversidade de habitats para uma vasta comunidade de micromamíferos que suportam um grande número de predadores (por exemplo: raposa, *Vulpes vulpes*; gato-bravo, *Felis silvestris*; geneta, *Genetta genetta*; texugo, *Meles meles*; fuinha, *Martes foina*; doninha, *Mustela nivalis*; e diversas espécies de aves de rapina).

A metodologia que tem vindo a ser empregue neste estudo consiste na captura de indivíduos por armadilhagem recorrendo-se a um método standardizado em que se colocam 34 armadilhas do tipo INRA em linha,

iscadas com uma mistura de sementes e granulado, dispostas de 3 em 3 metros perfazendo um comprimento total de 100 metros. As sessões de armadilhagem têm a duração de 3 noites e as armadilhas são verificadas 2 vezes ao dia, ao fim da tarde e ao amanhecer. Os indivíduos capturados são medidos, pesados, "sexados", marcados e posteriormente libertados. Paralelamente são recolhidos dados relativamente à estrutura do habitat. A amostragem consiste na colocação de uma linha de armadilhagem em cada tipo de habitat, definido em termos do tipo de vegetação dominante (por exemplo: matos, carvalhal, prados...).

O rato-do-campo é essencialmente um animal crepuscular e nocturno, como demonstram os seus olhos negros e proeminentes e as suas grandes orelhas. É mais activo no Verão do que no Inverno, sendo os machos mais activos do que as fêmeas. Durante os períodos de actividade explora meticulosamente o seu habitat, inclusivamente o estrato arbustivo, em busca de alimento. Nas noites de lua cheia os níveis de actividade são reduzidos, o que pode ser interpretado como uma estratégia antipredatória. Dotado de membros posteriores muito desenvolvidos desloca-se com rapidez saltando de um lado para o outro. Constrói um sistema de túneis subterrâneos pouco profundos normalmente em volta de uma árvore, tronco ou mesmo uma rocha, que lhe dão acesso ao ninho feito de folhas e ervas secas geralmente com 15cm de diâmetro. Este sistema de túneis tem como particularidade seguir o declive do terreno, o que constitui uma estratégia

de protecção contra as inundações.

Os hábitos alimentares desta espécie são muito variados, sendo por isso considerado um animal generalista, e oportunista pois alimenta-se dos recursos mais abundantes e mais fáceis de obter no momento. Nas florestas, as sementes constituem o recurso alimentar mais utilizado, dada a sua grande abundância e facilidade de obtenção, em especial no Outono. Desta forma, é possível observar com certa facilidade depósitos de sementes junto ao ninho, e mesmo em tocas nos troncos e rochas. Este comportamento é revelador da importância do rato-do-campo como agente disseminador de sementes.

Todavia, quando outros alimentos estão disponíveis, tais como insectos, frutos, bolbos e minhocas, não são de modo algum rejeitados.

A diversificação em relação ao alimento, é também demonstrada em relação ao tipo de meios que ocupa (bosques de diversos tipos, pastagens, matos arbustivos, sistemas dunares...). Todavia, é nos bosques de caducifólias que encontra as condições mais favoráveis, alimento e abrigo. Com efeito, selecciona os locais onde predominam arbustos, como as silvas, e troncos mortos, evitando as zonas cujo estrato herbáceo é muito desenvolvido. Isto poderá estar relacionado com o facto de se tratar de um animal saltador necessitando por isso de algum espaço para fugir de eventuais predadores. É de destacar ainda a predilecção deste pequeno mamífero por sebes e muros de pedra, em volta de lameiros e campos de cultivo, que oferecem inúmeras possibilidades de abrigo. Porém, este facto



José Carlos Carvalho

não é de estranhar uma vez que a paisagem desta zona de estudo não é uma mancha vegetal contínua, mas sim um mosaico heterogéneo de várias manchas vegetais que se encontram imbricadas e ligadas por sebes constituídas por muros e vestígios de vegetação autóctone que funcionam como zonas de abrigo e dispersão.

Relativamente à estrutura social diversos autores têm sugerido que esta está organizada em torno de um macho dominante que assegura a quase totalidade dos acasalamentos, vários machos subordinados normalmente jovens, e várias fêmeas, que defendem o seu território. À medida que os machos jovens vão atingindo a maturidade são obrigados a dispersar e a formar um novo território. O período de reprodução deste roedor inicia-se na Primavera e prolonga-se até ao Outono podendo, no entanto, variar conforme o clima e a quantidade disponível de alimento.

Os machos tornam-se sexualmente activos em finais de Fevereiro e Março enquanto que as fêmeas só em finais de Março e princípios de Abril atingem essa fase. O período de gestação é de aproximadamente 26 dias, nascendo 5 a 6 crias por ninhada que abandonam o ninho após 3 semanas. Num ano em que as condições são favoráveis podem nascer cerca de 4 ninhadas. A maturidade sexual é adquirida quando os indivíduos atingem aproximadamente 15g (este valor poderá ser ligeiramente inferior no caso das fêmeas). Os indivíduos que nascem no final da estação reprodutiva só adquirem a maturidade sexual na estação seguinte independentemente do seu peso.



José Carlos Carvalho





José Carlos Carvalho

A dinâmica populacional anual da espécie caracteriza-se por um período de diminuição da densidade na Primavera, um período estável ou de ligeiro aumento durante o Verão e um pico máximo de densidade no Outono. Têm sido propostas por diversos autores duas hipóteses para explicar este ciclo anual, a primeira das quais considera que a diminuição anual da densidade é provocada pelo comportamento agressivo dos machos adultos em relação aos juvenis que limita a sobrevivência Primavera de estes e, conseqüentemente, o recrutamento estival. Por outro lado, mais recentemente, tem sido proposto que as variações no êxito reprodutivo das fêmeas são a causa principal das oscilações anuais do

efectivo populacional da espécie. Concretamente, sabe-se que a actividade reprodutora das fêmeas é controlada pela densidade de fêmeas adultas, por isso, na Primavera (quando a densidade de animais reprodutores é maior) a produtividade diminui e, conseqüentemente, a densidade populacional. No Outono, ocorre o fenómeno inverso. Todavia, é provável que a explicação do ciclo anual da espécie resida numa conjugação destes dois fenómenos.

Muito abundante em todo o país, o rato-do-campo tem um papel importante como recurso alimentar de um grande número de mamíferos carnívoros e aves de rapina. O estudo do regime alimentar de alguns carnívoros, raposa, geneta e gato-bravo, através da análise coprológica permite ter uma ideia da importância do rato-do-campo na dieta destes predadores. Assim, verificou-se que 21% dos dejectos de raposa, 29% de gato-bravo e 61% de geneta continham vestígios deste roedor. Em termos de biomassa ingerida, tendo em conta apenas o total representado pelos mamíferos na dieta destes predadores, estimou-se que o rato-do-campo representa cerca de 17% na raposa, 15% no gato-bravo e 43% na geneta. A notória diferença entre a geneta e os outros dois carnívoros está relacionada com a estratégia do uso do espaço que cada um adopta. Com efeito, a geneta é um animal mais florestal do que a raposa e o gato-bravo que exploram também as zonas mais abertas em que o rato-do-campo não é tão abundante. Desta forma, a coincidência espacial entre a geneta e este roedor parece ser responsável pelo elevado consumo desta presa.

O rato-do-campo não é de modo algum uma espécie rara da fauna nacional, nem apresenta qualquer problema de conservação, porém, desempenha um papel fundamental nos ecossistemas portugueses, já que é essencial para a sobrevivência de outras espécies menos comuns e ao actuar, muitas vezes, como agente dispersante de sementes. Desta forma, o conhecimento dos parâmetros ecológicos desta espécie é essencial para a compreensão do funcionamento dos ecossistemas que integra. **N**

* Biólogo



José Carlos Carvalho



Colónia de andorinhas destruída em Nisa

Supremo Tribunal dá razão ao FAPAS

Numa decisão histórica o Supremo Tribunal de Justiça condenou o Estado Português a retirar das paredes do Palácio da Justiça de Nisa as redes, arames e espigões que impedem a nidificação das andorinhas naquelas paredes e ainda a não impedir, seja por que meio for, a nidificação daquelas aves nesse edifício. Esta decisão foi tomada no âmbito de uma providência cautelar intentada pelo FAPAS – Fundo Para a Protecção dos Animais Selvagens. Pela primeira vez, o Estado Português é condenado pelos nossos Tribunais pela violação de normas ambientais.

Em 15 de Janeiro de 1999, o Ministério da Justiça deu início a obras de conservação do Palácio da Justiça de Nisa - cerca de 8 anos depois das últimas obras de conservação aí realizadas. E, assim, com a ajuda dos Bombeiros Voluntários de Nisa, procedeu-se à remoção de cerca de 400 ninhos de andorinhas que existiam nas paredes do Palácio da Justiça de Nisa. Posteriormente foram instalados, nessas paredes, redes, arames e espigões para impedir a nidificação dessas aves. Esta obra custou ao erário público quase 5.000 contos.

Numa clara e descarada violação da lei, foram removidos os ninhos de andorinha e instalados dispositivos dissuasores da nidificação. Ao que acresce o ridículo de ter sido o próprio Instituto da Conservação da Natureza quem sugeriu a instalação de meios dissuasores da nidificação, o que constitui a plena assunção por parte deste Instituto de que é incapaz de realizar os objectivos para que foi criado – são aliás atitudes como estas que levam a que se comente cada vez mais que a sigla ICN não significa Instituto de Conservação da Natureza, mas que significa antes Instituto Contra a Natureza.

Ao contrário do que se esperava, não foi instaurado nenhum inquérito dentro do ICN para apurar as responsabilidades de quem compactuou com a destruição desses ninhos e de quem sugeriu mesmo a instalação de meios dissuasores de nidificação. Pelo contrário, a própria Ministra do Ambiente, Professora Elisa Ferreira, surgiu em público a apoiar a destruição dos ninhos de andorinha. É pois possível que as mesmas pessoas do ICN estejam, ainda hoje, a permitir e a apoiar a destruição de ninhos por esse país fora.

Foi neste cenário que o FAPAS instaurou no próprio Tribunal de Nisa, o tribunal territorialmente competente, uma providência cautelar para que as redes, os arames e os espigões que impediam a nidificação das andorinhas fossem retirados. O procedimento cautelar deu entrada no Tribunal em 24 de Março de 1999 e teve a sua decisão final, no Supremo Tribunal de Justiça, em 26 de Junho de 2000.

Não foi dada razão ao FAPAS pelo juiz do Tribunal de Nisa, em decisão de 28-4-1999, que considerou que não existia justo e fundado receio de que as andorinhas fossem prejudicadas, uma vez que entendeu que as andorinhas poderiam fazer ninhos nos edifícios situados nas imediações do Palácio da Justiça de Nisa e, por outro lado, que mesmo que assim não fosse, as andorinhas causavam problemas de saúde ao público e funcionários daquele Tribunal.

Interposto recurso desta decisão para o Tribunal da Relação de Évora, este Tribunal, em 27 de Janeiro de 2000, embora não aderindo à fundamentação da decisão do Tribunal de Nisa, decidiu também não dar razão ao FAPAS, mas desta vez porque entendeu que uma decisão favorável seria inútil, uma vez que havia passado a fase da nidificação das andorinhas em 1999.

Ambos os argumentos aduzidos por estes dois Tribunais foram clara e magistralmente abordados pelo Supremo Tribunal de Justiça, deixando este Tribunal bem claro, no acórdão aqui referido, que a justiça substantiva se deve sempre sobrepôr à justiça formal, na qual os dois Tribunais inferiores se haviam refugiado para decidir contra o FAPAS. E, com grande clareza, apelando à coerência do nosso ordenamento jurídico e das responsabilidades acrescidas do Estado em matéria ambiental, o Supremo Tribunal, proclama, inequivocamente:

“Antes de mais convém frisar que a existência de sinais de deterioração e sujidade que justificou a remoção dos ninhos não é, obviamente, alheio o facto de desde há 8 anos não serem feitas obras de limpeza, conservação e restauro no Palácio da Justiça, tarefa que competia ao requerido.

Depois, também não pode esquecer-se que, como é sabido e vem



Paulo Santos

dado como provado, as andorinhas proporcionam um eficaz serviço às populações humanas ao destruírem grande quantidade de pequenos insectos.

Acresce que uma colónia de 400 ninhos leva certamente muitos anos a formar-se, tanto mais que parte delas não voltarão (dado o tempo já decorrido) a construir o ninho no mesmo local.

Mas, para além destes aspectos, existem questões de fundo que são essenciais.

O Estado Português não pode consagrar constitucionalmente o direito ao ambiente, defender uma política de ambiente, subscrever tratados internacionais que o vinculam, elaborar Leis e Decretos-Lei de defesa da vida selvagem e depois com a sua actuação concreta negar tudo isso.

Nem dentro de princípios éticos a que o Estado está obrigado se pode defender que se as andorinhas não nidificam nas paredes do Palácio da Justiça nidificarão noutros locais.

Se as populações seguissem o exemplo dado pelo requerido, nenhuma parede restaria para as andorinhas-dos-beirais, que ele Estado se vinculou a proteger, nidificarem.

O direito ao ambiente implica para o Estado a obrigação de determinadas prestações “cujo não cumprimento configura, entre outras coisas, situações de omissão inconstitucional, desencadeadoras do mecanismo de controlo da inconstitucionalidade” – Profs. Gomes Canotilho e Vital Moreira – “Constituição da República Portuguesa Anotada” pág. 349.”.

Este acórdão é uma decisão exemplar e reveladora de uma independência essencial à aplicação da Justiça; o Supremo Tribunal de Justiça não teve qualquer pejo, face aos factos apurados e à legislação nacional, comunitária e internacional, em condenar o Estado Português, num acórdão revelador de uma elevada competência profissional por parte de quem o subscreve e demonstrativo do seu profundo conhecimento da legislação, em particular da legislação ambiental. Um texto indispensável para os estudiosos do direito do ambiente português, que se vai tornar certamente uma referência na nossa jurisprudência. Até pela circunstância de constituir o primeiro Acórdão que condena o Estado Português por violação de legislação ambiental - atendendo aos inúmeros exemplos de violação dessas normas pelo nosso Estado, será certamente seguido e citado pelos nossos Tribunais no futuro.

Está pois a justiça portuguesa de parabéns.

Resta apenas esperar que o nosso Estado seja capaz de acatar esta decisão e de ter em conta, na sua acção diária, os brilhantes ensinamentos que dela emanam.

Por último, o elevado número de espécies vulneráveis, ameaçadas e em risco, mesmo dentro de áreas de planeamento local, torna claro que a conservação efectiva e a recuperação deve ser feita a partir de abordagens abrangentes, ao nível da paisagem e do ecossistema, as quais entendem a biodiversidade e os processos ecológicos em grande escala. ■

Carlos Maia
Advogado

Os SMAS de Almada estão a comemorar uma data de grande significado - 50 anos de Serviço Público e uma grande obra realizada. São cinquenta anos de dedicação ao ciclo contínuo da água, cada vez com maior respeito pelo ambiente, porque cuidar bem da água é cuidar também do nosso futuro.

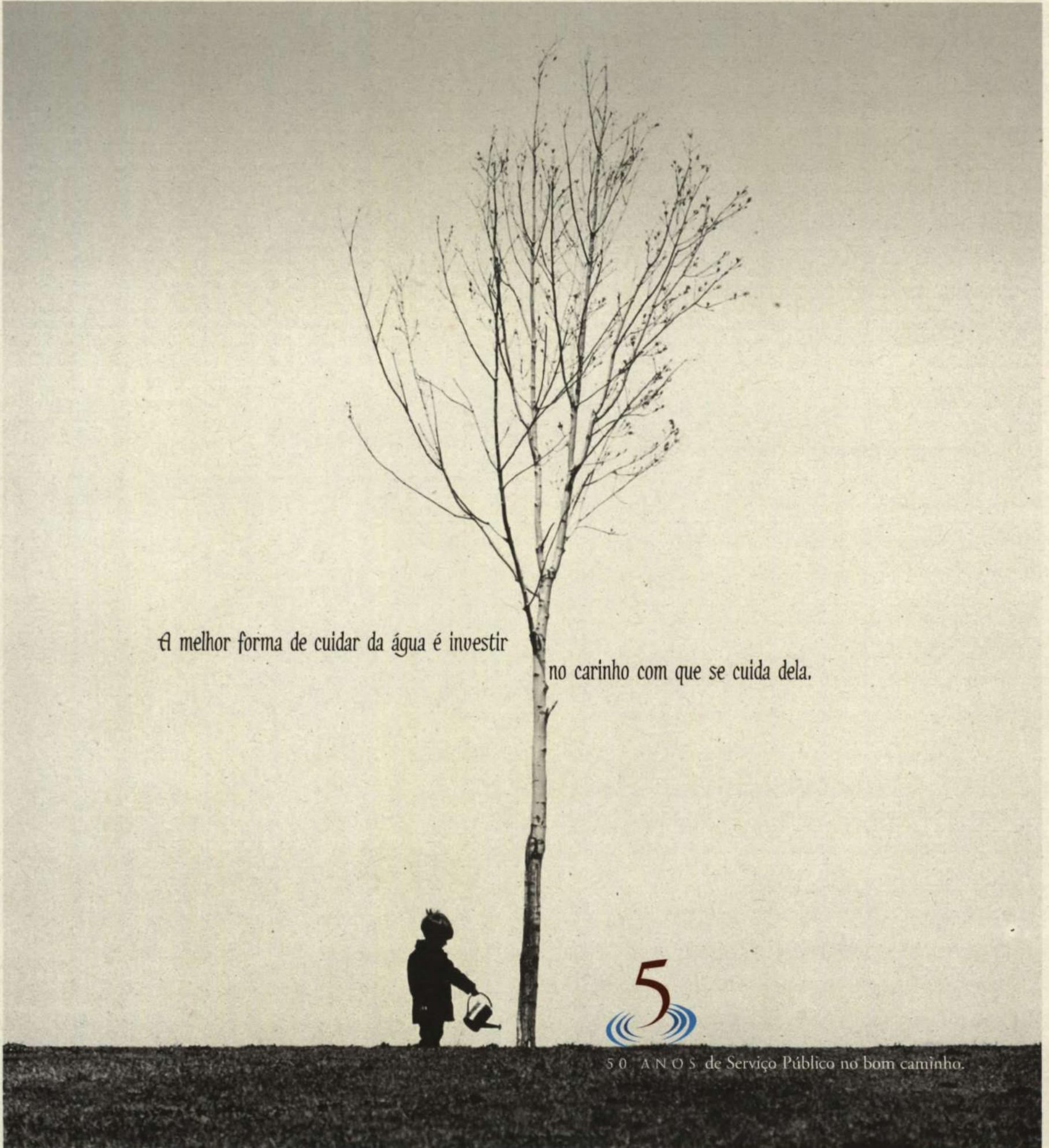
Afinal, a população de Almada merece ter em suas casas água da melhor qualidade, o seu rio e praias protegidas e ser sempre bem atendida. Por isso, nestes anos, investimos avultadas verbas em captações, reservatórios, redes de distribuição, redes de drenagem e ETARs.

Mas, sobretudo, para atingir 50 anos de um Serviço Público de Qualidade, investimos todo o nosso saber e carinho.



SMAS
MUNICÍPIO
DE ALMADA

A água no bom caminho



A melhor forma de cuidar da água é investir no carinho com que se cuida dela.

5

50 ANOS de Serviço Público no bom caminho.



Fogos devastam

últimos redutos naturais

Serra de Aire e Candeeiros, Montesinho, Sintra-Cascais, Estrela, Peneda-Gerês. O Verão de 2000 confirmou os anteriores, deixando, principalmente estas áreas "protegidas", mais irrecuperáveis. A destruição pelo fogo é uma fatalidade que se repete e que atesta o desprezo com que o país olha o (melhor) património natural, em particular, o bem público, em geral. Outra explicação não encontrei nos primeiros dias de Setembro, quando, em Montesinho e no Gerês vi importantes parcelas dos seus melhores espaços serem devorados por incêndios ateados por mãos criminosas, por negligência, que é quase o mesmo, ou, quem sabe, por interesses económicos ou simplesmente motivações repugnantes.

A argumentação com que se defende quem tem responsabilidades e que remata estes sucessivos massacres, também causa agonia. Só arderam X hectares, como se todos os hectares fossem iguais; maioritariamente matos rasteiros, como se em causa estivesse uma exploração silvícola!

Detenho-me no Gerês, realidade que procuro acompanhar. Como é possível que a sobrevivência do melhor reduto de carvalhal primitivo do país esteja dependente do estado de espírito de um ou outro cidadão, o que quase se ia verificando na Mata de Albergaria, sem que para o contrariar, se concentrem preventivamente todos os meios possíveis, principalmente nas semanas (nos dias!) em que tudo fazia prever o pior? Só encontro uma resposta: uma intolerável desvalorização perante o que está em causa.

Oito anos à espera das "Brigadas Verdes"

Para contrariar danos irreversíveis no "coração" dos nossos espaços eleitos é necessário evitar que o próprio fogo deflagre, através de uma prevenção, de uma dissuasão a todo o custo. Estamos a falar de áreas relativamente pouco extensas, mas mais inacessíveis que uma vez tocadas pelo fogo, a progressão deste é quase impossível de contrariar mesmo quando oportunamente detectado – o que quase sempre não se verifica, porque maioritariamente as chamas irrompem de noite – devido à justificável falta de acessos, pelo tempo que decorre entre o alerta e a chegada de meios a locais mais remotos e pela menor disponibilidade destes meios, uma vez que quase sempre se exige sejam aéreos. Não está em causa o abnegado esforço de quem combate o fogo. Neste incêndio da Peneda-Gerês, bombeiros e funcionários do Parque Nacional travaram o que poderia conduzir a um verdadeiro desastre, se as chamas tivessem atingido a Mata de Albergaria.

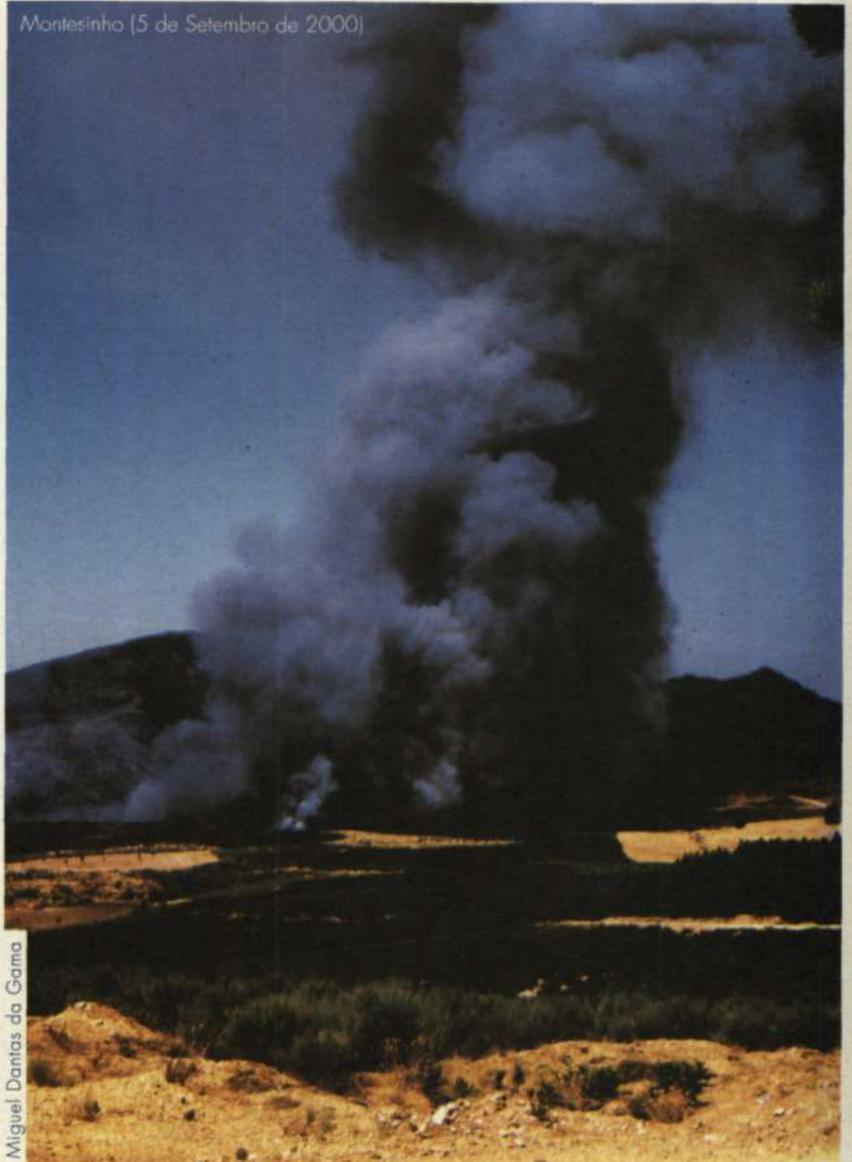
Ocorre-me lembrar as "Brigadas Verdes", ideia que o FAPAS em 1992 lançou ao governo da altura no sentido de ser criada uma força especial vocacionada para acções de fiscalização na natureza. O Estado nem sequer acusou a recepção da proposta. Isso também pouco importa. Volvidos oito anos continuamos a aguardar a confirmação prática de notícias que têm vindo a lume sobre a constituição deste corpo policial.

Para evitar que os fogos surjam é preciso patrulhas no terreno, para vigiar, para dissuadir. Neste contexto não se compreende o abandono a que, mesmo de dia, se votaram os nossos melhores espaços. Um criminoso, como qualquer cidadão, não vê, não sente o acompanhamento que principalmente nos dias (nas noites!) críticos, se impõe. Não se pode ter um guarda em cada encosta, é certo, mas possuir um ou dois vigias a cobrir uma zona tão valiosa e tão vasta como o vale do Gerês e linhas de água que nele confluem, o vale superior do Homem, incluindo os núcleos da Abelheirinha e da Água da Pala, quase toda a Serra Amarela, Mata do Cabril incluída, é um absurdo. Custa muito dinheiro ter patrulhas 24 sobre 24 horas a vasculhar os quatro cantos da Serra. É um argumento inaceitável. Se o Estado não tem verbas para pelo menos evitar a destruição do melhor que Portugal detém em termos de património natural, então nada faz sentido na política de gestão das áreas protegidas. Quase trinta anos após a sua criação, o Gerês dispõe

de cerca de cem funcionários, dos quais talvez nem vinte sejam guardas-vigilantes! Será por isso que estes não são vistos no interior da Serra, onde deflagram os incêndios, se pilham minerais, se caça furtivamente, se espalha veneno, se escalam paredes alcantiladas, últimos refúgios de rapinas ameaçadas, se pratica "rafting" e "canyoning", em rios estrategicamente importantes também para a fauna ripícola, e onde também os "motards" circulam nas suas crescentes travessias facilitadas por acessos que também se abrem sem controlo? E que atribuições estão confiadas a estes vigilantes, nas estradas de maior movimento onde, em veículos de todo-o-terreno, a sua presença é mais assídua? Que instruções e condições têm para (não?) agir perante violações flagrantes da lei como seja a transformação do rio Homem numa zona balnear em locais onde o Plano de Ordenamento interdita qualquer utilização deste curso de água?

Se na Peneda-Gerês arder o que sobra dos seus bosques naturais, se consequentemente desaparecer a fauna que deles depende, então só restará extinguir a instituição Parque Nacional.

É claro que é muito difícil contrariar acções negligentes ou praticadas por dementes que por um ou outro motivo irracional, incendeiam os nossos espaços naturais. Mas a impunidade e a ineficácia ajudam a explicar o pântano em que há muito nos atolamos. Mais um exemplo no Gerês, que conheço. Após o devastador incêndio de 1998, que destruiu cerca de um terço da Mata do Cabril, sóbemos pela comunicação social da promessa de estudos que deveriam apontar uma eventual intervenção. Passaram dois anos. O que ditaram os estudos? Talvez seja



Montesinho (5 de Setembro de 2000)

Miguel Dantas da Gama



melhor perguntar que é feito dos estudos? Sobre a intervenção, esclarecemo-nos no terreno, que ainda hoje continua calcinado e sujeito a forte erosão.

Um casal de turistas ocasionalmente de passagem pelo Parque avista um suspeito. Eu próprio, quase semanalmente, assisto a queimadas desencadeadas pelos pastores, ao longo de todo o ano, mesmo em Zonas de Protecção Total! E o Parque, o que confere? Quem até hoje já foi julgado por queimar a Peneda-Gerês? Em quase trinta anos, provavelmente ninguém!

"simples nacos de terra"

Mas sobre os meios e sobre o empenho disponíveis, para esta causa que só motiva para o turismo ou para preencher as agendas daqueles que periodicamente se deslocam às "jóias da coroa" com o objectivo de esverdear as suas condutas "politicamente correctas", há mais a dizer pela forma como tudo está errado, pela profunda contradição de um discurso oficial insustentável. Muitas vezes me pergunto

se ao longo destes anos não terei acumulado uma sobrevalorização do interesse daquilo que um dia, já longínquo, o Presidente da Câmara de Terras de Bouro apelidou de "um simples naco de terra" perante o qual "não me ponho de cócoras", referindo-se naturalmente ao Parque Nacional para se opôr aos mesmos que já na altura tinham a "ousadia" de se intrometer nos assuntos do "seu" concelho (um desses assuntos foi a remoção dos marcos miliários dos locais onde os romanos há quase dois mil anos os colocaram, para construir o posto fronteiriço da Portela do Homem. Hoje empenha-se na elevação da Geira a património mundial!).

Não. Esta dúvida abandono-a de imediato, quando contabilizo a máquina que o Estado montou e mantém para, diz ele, preservar este e outros nacos de terra. Ainda as encostas da vertente sul da Serra Amarela arrefeciam deste incêndio e logo irromperam as chamas na sua vertente norte, atingindo de novo a Mata do Cabril (ver caixa). A intervenção de meios aéreos – aviões, provavelmente espanhóis, e helicópteros – brigadas de bombeiros e muita outra logística motorizada, numa altura em que o incêndio fatalmente já tinha atingido enormes proporções fez, mais uma vez, cair por terra toda a argumentação de



Miguel Dantas da Gama

Serra Amarela (9 de Setembro de 2000 - 20 horas)

falta de meios, de recursos económicos. Quanto custa o frenesim de mais uma tarde destas? E o que sobra? Património insubstituível destruído e uma insuportável revolta pelo que no local se pressente que possa ter originado este incêndio: incúria, disputas locais, rivalidades mesquinhas! Um absurdo.

Considerando o resultado da auditoria (demolidora) feita pela Inspeção Geral de Finanças ao Instituto da Conservação da Natureza oportunamente divulgado pelo jornal Público, tudo se ajusta. A conservação da natureza em Portugal é um equívoco. Confirma-se que não exercendo o que lhe compete, o ICN dá-se ao luxo de transferir verbas para outras entidades que as consomem em acções que resultam contrárias aos interesses das próprias áreas protegidas. É por isso que, depois de mais uma vaga de destruição do que mais dá sentido à existência dos nossos parques e reservas – mais uns rudes golpes que o Inverno ciclicamente faz esquecer, mas cada vez menos apaga – tudo o que em nome deles ou para eles vier a ser divulgado ou defendido pelas entidades oficiais, resulta sem sentido, soa a falso e gera repulsa. ■

Miguel Dantas da Gama

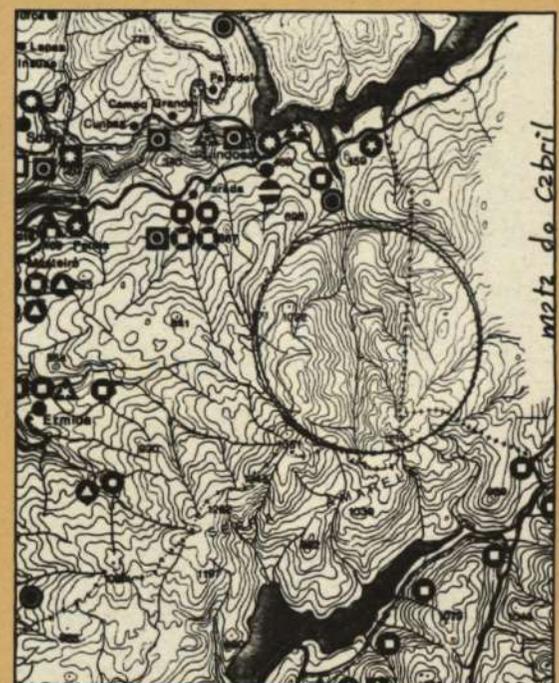
UMA NOVA TORRE DE VIGIA PARA DEFENDER A MATA DO CABRIL

O fogo voltou à Mata do Cabril desta vez atingindo um núcleo de carvalhal que recuperava de outros incêndios, num pequeno braço de floresta na margem esquerda do rio Cabril, reconhecido como um dos redutos-referência do coberto natural do Parque Nacional, em plena Zona de Protecção Total.

Ateado em 9 de Setembro a partir da estrada florestal que do Lindoso se dirige para a Louriça no cume da Serra Amarela, este incêndio vem confirmar a importância do condicionamento do tráfego neste acesso que sempre defendemos e a propósito do qual uma das anteriores Direcções do Parque chegou a informar-nos das conversações que decorriam entre as partes envolvidas com o objectivo de se chegar a um acordo. Passaram-se anos, mas a situação não se alterou. A estrada continua a facilitar todo o tipo de agressões. Mas se este condicionamento é necessário, não é suficiente. O mais grave é a completa ausência de vigilância nestas encostas da Serra Amarela voltadas para o vale do rio Lima.

Daí a proposta ao Parque Nacional para a execução de uma medida concreta. A instalação de uma torre de vigia que permita zelar por um dos espaços de maior interesse da Peneda-Gerês, incluindo o controlo da utilização da própria estrada florestal. A sua inauguração no dia 8 de Maio de 2001 seria uma acção, entre outras no mesmo sentido, de especial oportunidade para assinalar o trigésimo aniversário do Parque Nacional, se indiciadora da mudança que a recuperação e a conservação dos seus ecossistemas exige da parte de todas as entidades com poder para a assumir. ■

M. D. G.



Preservar o Ambiente Cuidar o Futuro

■ Controle e monitorização da qualidade do ar



■ Implementação e manutenção de espaços verdes

■ Novo Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública.



■ Sistema de recolha selectiva multimaterial:
Ecocentros, Écopontos, Recolha porta-a-porta,
Ecofone 800 200 345.



Câmara Municipal do Porto – Pelouro do Ambiente

Direcção Municipal do Ambiente e Serviços Urbanos – Rua de S. Dinis, 249 – Telef.: 8349490 – Fax: 8349499
Gabinete do Ambiente – Rua da Restauração, 252 – Telef.: 6098291 – Fax: 6098296



REDE NATURA



Cegonha-branca

Paulo Santos

Helena Freitas*

A Conservação da Natureza na União Europeia é principalmente regulada por duas Directivas: a Directiva Aves (79/409/EEC), sobre a Conservação das Aves Selvagens, e a Directiva Habitats (92/43/EEC), sobre a Conservação dos tipos de Habitat Naturais e da Flora e Fauna Selvagens. A aplicação destas Directivas, conduz à identificação das zonas Especiais de Conservação, as quais integram a Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia cuja conclusão será conhecida em 2004.

O processo de aplicação das Directivas não tem sido propriamente expedito, em praticamente nenhum país da União Europeia. Com efeito, a concretização das sucessivas fases de implementação da Rede Natura 2000 está longe de cumprir o calendário previsto. A conclusão da lista de Sítios em resultado da aplicação da Directiva Habitats estava prevista para Junho de 1998 mas tal não se verificou e são ainda alguns os países longe de a concluir. Esta era também a data indicada para estarem criadas as condições necessárias para assegurar a preservação dos habitats e das espécies que integram os Sítios.

Em Portugal, a lista técnica preliminar elaborada por cientistas de várias universidades portuguesas, inclui 91 Sítios. Destes, 31 foram oficialmente submetidos à Comissão Europeia em 1997 e mais 29 em Julho de 2000. A proposta oficial portuguesa inclui portanto 60 Sítios da lista original. Sendo certo que a submissão dos últimos tornou a proposta mais completa e consistente, reflectindo um esforço político importante, a verdade é que ainda são muitos os aspectos que devem ser corrigidos, nomeadamente em relação à dimensão de alguns Sítios propostos e à insuficiência de cobertura de certos habitats e espécies. Será ainda fundamental a apresentação de uma justificação técnica para a exclusão dos restantes Sítios que integravam a lista preliminar; a sua falta é incompreensível e constitui naturalmente uma violação da Directiva.

A título de exemplo, refiram-se alguns Sítios que na perspectiva da LPN deviam ter sido incluídos na proposta oficial por forma a garantir uma cobertura suficiente de habitats: a Ria de Aveiro, a Mata Nacional do Urso e o Baixo Sabor. Por forma a recuperar o linco-ibérico (*Lynx pardinus*) deviam ser considerados os Sítios: Luzianes, Torrão, Penha Garcia, Tejo Internacional e Odeleite. Também a definição de corredores ecológicos é fundamental para a preservação de algumas espécies, devendo implicar a definição de Sítios adicionais. No caso do linco-ibérico, a definição de corredores ecológicos exige a análise dos Sítios: Vale do Guadiana, Caldeirão, Monchique e Moura/Barrancos.

Várias são também as espécies vegetais para as quais a cobertura actual não assegura efectiva conservação. Identificámos um conjunto de pelo menos 14 espécies vegetais as quais, sem um revisão cuidada de algumas áreas seleccionadas e/ou excluídas e sem uma rápida intervenção de conservação, passarão rapidamente a relíquias dos herbários nacionais.

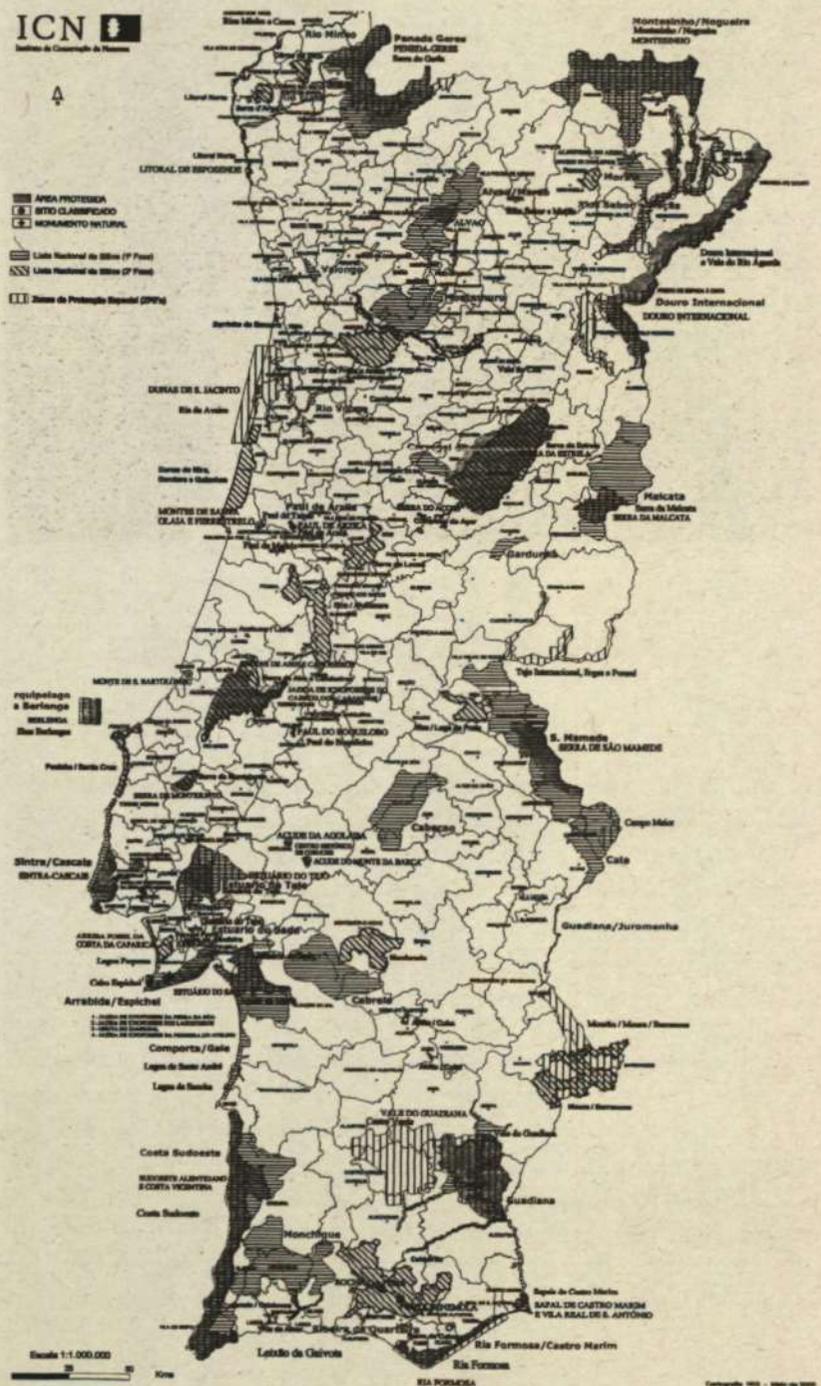
É evidente que a Rede Natura constitui um imenso desafio para a UE e são muitas as questões ainda em aberto. Em Portugal, o cumprimento da Directiva levou já à consignação de cerca de 22% do território – e não se cumpriu em rigor, pois é inaceitável a exclusão ou redução de algumas áreas referidas no texto – a um estatuto que, não sendo de conservação estrita, é sem dúvida um estatuto que confere um desenvolvimento especial a estas áreas. Este carácter restritivo da Rede Natura suscita naturalmente interrogações, em particular de natureza económica, como sejam, há algum financiamento comunitário especialmente orientado para o desenvolvimento nestes Sítios?, não havendo, quem paga os custos da sua conservação e gestão? os

proprietários das terras podem exigir compensações por verem limitado o uso da propriedade?, etc.

A verdade é que a Directiva Habitats aponta tipos de medidas e gestão a adoptar mas não oferece mecanismos para manter as formas tradicionais de gestão do solo nem para proceder às alterações tidas por necessárias. A efectiva concretização dos objectivos da Rede Natura 2000 exige que os governos nacionais aproveitem as oportunidades políticas existentes ou potenciais para desenvolver as estratégias de conservação e planos de gestão mais adequados e os esquemas para pagamento de incentivos e compensação dos proprietários.

Enquanto não estiverem encontrados os mecanismos de gestão adequados a estes Sítios, os quais permitam a efectiva conservação dos valores que levaram à selecção dos mesmos, a sua vulnerabilidade é imensa e a degradação inevitável. Saliente-se que uma grande parte da Rede Natura 2000 é e será afectada por várias actividades humanas, havendo mesmo situações em que a gestão da propriedade privada se faz com fins produtivos. Deste modo, considerando que os interesses são múltiplos e nem sempre conciliáveis, urge preparar os mecanismos de planeamento e gestão mais adequados à preservação do valor ecológico destas áreas. ■

*Presidente da LPN - Liga para a Protecção da Natureza, Professora Associada da Universidade de Coimbra



Últimos ursos ibéricos

Paulo Caetano

E como, desde tempos imemoriais, os apicultores da região protegem as suas abelhas e o mel no interior do "cortinal", António estranha que os cortiços atacados estivessem desprotegidos no monte. Carlos Fidalgo, que outrora ocupou o cargo de secretário da Associação Leonesa de Apicultura, explica que o "cortinal" está a ser recuperado e que a alternativa era deixar as colmeias no exterior. Os guardas da natureza ficam satisfeitos com a justificação e decidiu-se avançar com o pedido de indemnização por danos causados pelo urso.

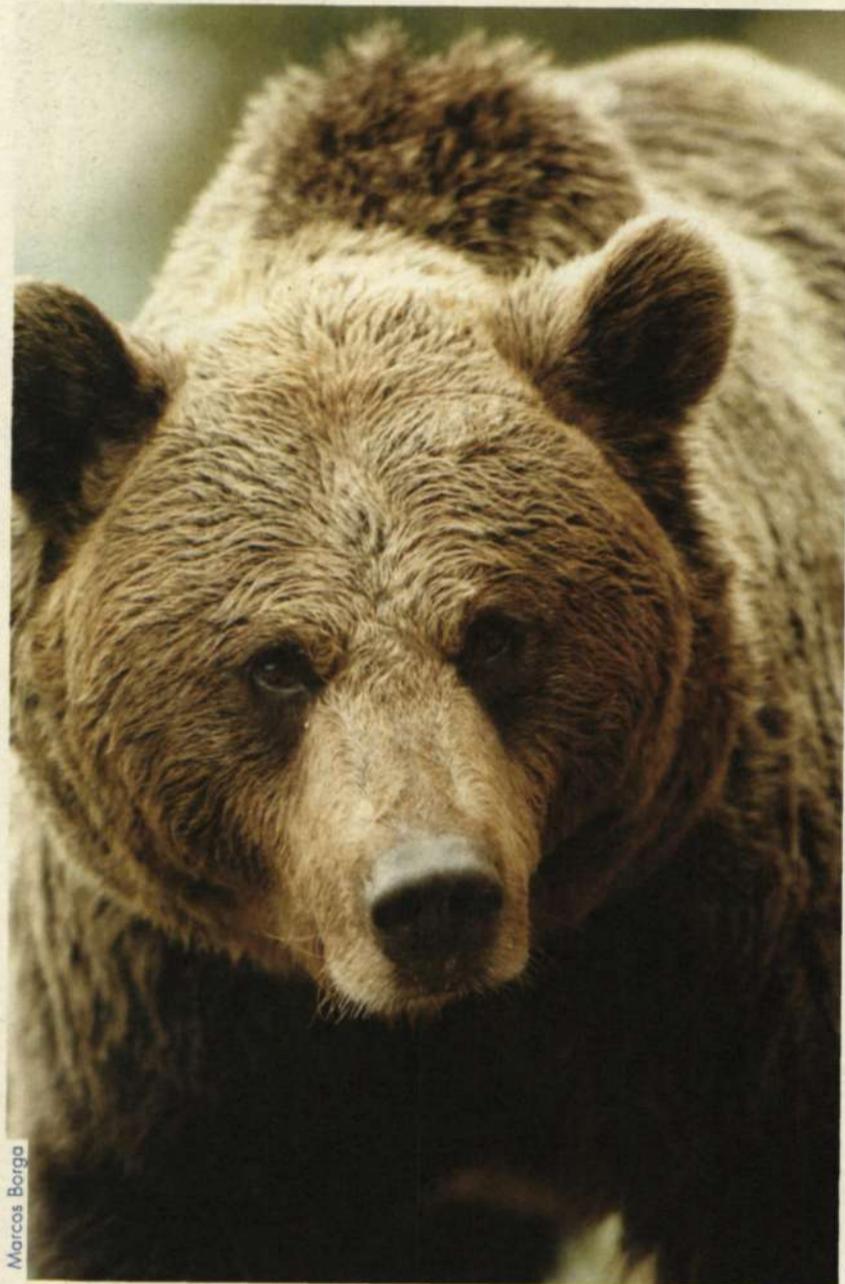
Daqui a poucas semanas, o conflito estará sanado. "Cada colmeia produz cerca de vinte quilos de mel por ano. Assim, o apicultor irá receber 25 mil pesetas e mais vinte por cento por cada módulo do cortiço. Há que pagar para que ele possa continuar a trabalhar. E, desta forma, evitamos que as populações fiquem descontentes com os ursos e os persigam", avança Pepe.

A morte das cabras

À tarde, a Patrulha abalou em direcção a Morteras. Os trilhos da serra obrigavam o jipe a uma marcha lenta e cuidadosa, que Pepe aproveitou para conversar: "Nestas penhas há urso desde sempre. Quando se faziam batidas saíam quatro e cinco animais do mato, a correr em direcção à morte. O pai do rei Juan Carlos era um entusiasta e vinha de Madrid para estes montes, participar nas caçadas".

Em 1973, a espécie foi considerada protegida e a sua caça foi proibida. Desde esse momento, os ursos pardos encontraram em Morteras uma zona ideal para refúgio e hibernação. Os penhascos inacessíveis são, actualmente, uma "zona de uso restrito" calcorreada apenas por guardas de natureza e ganadeiros. "Na última caçada que assisti, ainda em 1973, mataram-se 14 ursos só nesta penha. Eu tive de carregar um nos ombros, por aí acima, até à povoação", recorda José Florentino, de 55 anos, um criador de gado, que agora se queixa de ter perdido três cabras nas garras deste predador.

"Nas últimas noites, um ou mais ursos têm rondado o rebanho. Nunca os vi, mas sei que os cães têm medo. Têm medo mal sentem o cheiro deles no ar. E eu não posso fazer nada, não posso passar a noite



Marcos Borgia

Urso-pardo nas Astúrias

A notícia caiu inesperada na sede do Parque Natural de Somiedo, nas Astúrias. Um urso-pardo assaltou e destruiu, nessa madrugada, duas colmeias de um pequeno apicultor local. Carlos, de 30 anos, é o primeiro guarda de natureza a receber a novidade e, via rádio, chama António e Pepe, os seus dois companheiros na Patrulha Urso.

Ao chegarem a uma das encostas que ladeia Orderias, uma pequena povoação perdida entre as altas montanhas asturianas, deparam com os danos causados pela gulodice do urso. Vários pedaços dos módulos da colmeia encontravam-se espalhados entre os arbustos e Carlos Fidalgo, apicultor de 54 anos, tentava ver o que ainda se podia aproveitar. "Foi de noite. Era, por certo, um animal adulto, pois virou o cortiço e lançou a estrutura pelo monte. O objectivo era abrir brechas para melhor retirar o mel", conta.

Os guardas da Patrulha Urso não se deixam impressionar. Todos os dias são chamados para resolver casos que envolvem estes mamíferos poderosos e raros. Enquanto Pepe procura rastros de passagem do urso, António dá mostras de estar intrigado. É que, alguns metros adiante, existe um "cortinal", uma edificação alta e circular - ou semi-circular, se tiver uma parede rochosa atrás - onde se guardam as colmeias, fora do alcance dos ursos.



Marcos Borgia



com as cabras no monte", desabafa.

Mas, o que mais preocupa este ganadeiro são os lobos. "O urso entra no rebanho e mata uma cabra, enquanto uma alcateja de lobos arrasa tudo. E, como existem cada vez menos ursos, acredito que devemos ajudar a conservá-los", defende com convicção.

Para provar o que acaba de dizer, José Florentino indica aos guardas o local onde as carcaças dos animais se encontram. Desta feita, é necessário avançar a pé, por entre trilhos íngremes e estreitos. "É claro que vamos pagar uma indemnização, mas não deixa de ser estranho que o urso mate tantos animais. Não está nos seus hábitos. Eles preferem comer cadáveres de animais que encontram, do que persegui-los. E se matam um a carne dura vários dias, pois tapam o que resta e regressam até ficarem só os ossos. De qualquer forma, basta que ele ande por aqui para nós pagarmos o valor das cabras. Não indispor os criadores é a melhor forma de evitar veneno nos montes", afirma Carlos.

Ladeados por silvas e árvores frondosas, a progressão no terreno torna-se difícil. Depois de avistarem os restos das cabras penduradas nos galhos, os guardas dispersam pela encosta tentando encontrar outros vestígios dos ursos. Junto de uma pedra grande, Pepe dá um grito e todos acorrem: "Esta aqui está virada e esgravataram à sua volta. É um dos sinais da sua passagem, pois nenhum urso resiste a uns bons insectos tenros".

Mais à frente, num extenso lamaçal que quase tapa o trilho, António encontra outro sinal inequívoco da presença recente dos ursos: um rasto de pegadas. Calmamente, os três guardas de natureza retiram uma vasta panóplia de instrumentos das suas mochilas. Carlos mede as marcas deixadas no chão, Pepe identifica o local no seu caderno de campo e António recorre ao GPS para obter a localização exacta do sítio, através das coordenadas lidas por satélite. "Como existe um dimorfismo sexual acentuado, os machos são sempre muito maiores que as fêmeas. Pelo que, estas pegadas são de uma urso ou de um macho juvenil", esclarece Carlos.

O desafio da conservação

Xavier Gonsales é um homem atarefado. O seu gabinete está repleto de papéis, mapas, estudos, requerimentos e projectos. Todavia, o director da Fundação Urso das Astúrias está optimista. A população deste raro mamífero, segundo os últimos dados do censo, está estabilizada. Melhor ainda: alguns especialistas até garantem que se pode estar a assistir a um ligeiro aumento do número de ursos-pardos na cordilheira cantábrica. Infelizmente, todos os anos aparecem bichos mortos. E poucos cadáveres têm causas naturais. As crias chegam a atingir taxas de mortalidade superiores a cinquenta por cento. A principal causa, garantem os investigadores, é a caça furtiva. Ou porque os animais são abatidos a tiro, ou caem vítimas da carne envenenada e das armadilhas de laço.

Este é um problema de difícil resolução. É que, segundo o director da Fundação, os ursos estão a morrer por causa do ódio que as populações têm aos lobos e aos javalis. Os primeiros atacam os rebanhos e causam baixas importantes nos efectivos pecuários, enquanto os segundos destroem as hortas e as plantações. E nem o pagamento atempado de avultadas indemnizações tem atenuado o conflito entre as gentes do campo e os animais selvagens.

"A carne envenenada que os «paisanos» colocam para o lobo é, muitas vezes, consumida pelos ursos. E os laços que montam nos locais de passagem de javalis matam, com assustadora frequência, os ursos que se alimentam nas proximidades. Estamos a tentar controlar a praga de javalis e a gerir as alcateias de lobo, mas o processo tem sido moroso", conta.

O dramatismo dos números

Apesar do ecossistema permitir a existência de uma população maior, a situação actual do urso-pardo na Península Ibérica é dramática. Nos Pirinéus, na fronteira de Espanha com a França, subsistem com extrema dificuldade apenas cinco ou seis espécimes, reforçados há cerca de três anos com a reintrodução de duas fêmeas e um macho, oriundos da Eslovénia.

As duas principais populações cantábricas, separadas por cerca de 30 quilómetros e incomunicáveis entre si há quase cinquenta anos, possuem um total de oitenta a noventa animais. O grupo oriental, que ocupa parte das comunidades autónomas de Leon, Cantábria e Astúrias, tem entre 20 a 25 ursos, enquanto nas cordilheiras do ocidente - Galiza, Leon e Astúrias - sobrevivem 60 a 70 bichos. Mas estes números são manifestamente escassos para garantir a variabilidade genética da espécie.



Marcos Borgo



Marcos Borgo



Marcos Borgo



As preocupações são grandes, mas também tem sido possível colher boas notícias. Este ano, os guardas confirmaram que sete ursas da população ocidental deram à luz 13 crias e que, no lado oriental, se registaram 4 nascimentos. Pelo segundo ano consecutivo, os guardas e os biólogos estão satisfeitos com a fecundidade das fêmeas.

O que, por vezes, traz outros problemas. Como o período de amamentação é de ano e meio, as fêmeas só voltam a copular ao fim de dois anos. E esse facto natural, dada a escassez de ursas adultas e receptivas, indis põe os machos. "Os nossos guardas observaram uma luta violenta entre um macho e uma fêmea. O urso acabou por matar e comer parcialmente as três crias e, dessa forma, provocou novo período de cio na fêmea", conta Xavier Gonsales.

A prioridade vai, agora, para a conclusão de um corredor ecológico que ligue as duas populações cantábricas e que permita a entrada de sangue novo entre os ursos orientais. "Estamos a avançar com um vasto projecto de reflorestação com espécies de flora autóctones, de forma a ultrapassar os obstáculos criados pela autoestrada, pela linha de caminho-de-ferro e pelo novo gasoduto", afirma o director da Fundação, que logo acrescenta: "Não queremos fazer reintroduções com ursos de outros países. O nosso objectivo é preservar este património único, que nos foi legado pelos nossos avós e que deixaremos como herança aos nossos filhos".

O futuro dos ursos-pardos continua incerto. Podem caminhar para a extinção ou entrar numa nova fase. Basta que estas medidas comecem a resultar. Tudo dependerá, como sempre, do homem. "As populações humanas têm um carinho especial pelo urso e falam dele como se fosse um paisano, um outro homem cá da terra. Daí a importância de se manter as actividades tradicionais e a exploração dos recursos. As pessoas não podem ser prejudicadas só por viverem numa zona urseira. Têm de se sentir bem aqui e saber que devem a sua qualidade de vida à existência dos ursos", defende Xavier.



Marcos Borja

No último refúgio do urso

Quando o vento cortante ruge nas montanhas e os dias se tornam mais pequenos, os ursos buscam a protecção dos bosques. No Outono e no Inverno, os frutos secos são a principal fonte de alimentação da espécie. As florestas enchem-se de castanhas, bolotas e de avelãs, que fazem as delícias de qualquer urso. É, também, aqui que encontram matéria vegetal em abundância, ótima para quem pretende engordar depressa e bem. É que, os rigores da estação mais fria estão próximos e, nessa altura, os ursos preferem hibernar. Mas só o podem fazer se acumularem gordura suficiente, pelo que chegam a aumentar quase cinquenta por cento do peso que tinham na Primavera.

António, Carlos e Pepe mudam-se para esta zona da montanha, de "armas e bagagens". Durante estas duas estações vão acompanhar a espécie nas áreas mais inacessíveis dos bosques onde, devido ao emaranhado de árvores e arbustos gigantes, a visibilidade mal alcança os dois metros. "No Outono, um bom dia a comer rende excedentes que duram cinco dias de hibernação. Pelo que, neste período, a actividade é constante", explica António.

Declínio do urso em Portugal

Em tempos remotos, o *Ursus arctus*, designação científica para esta espécie de urso, era comum em Portugal. Encontrava-se espalhado por todo o interior, dividido em duas populações distintas: a do norte do Tejo prolongava-se até à Galiza e a outra distribuía-se pela margem sul deste rio até à serra de Portel, no Alentejo. Conta-se, aliás, que a serra da Arrábida era um dos locais privilegiados para a sua caça.

Com o correr dos séculos, a espécie foi desaparecendo. O professor Baeta Neves, num texto que tem por título "Sobre a Existência e Extinção do Urso em Portugal", defende que este declínio se deve às profundas alterações sofridas na "cobertura vegetal das regiões onde habitavam".

O último reduto deste carnívoro foi a serra do Gerês, tendo o último exemplar sido abatido no ano de 1650, segundos testemunhos de 1728 relatados por Contador de Argote. Tude de Sousa, um dos maiores apaixonados da região, conta na sua publicação "Gerez" uma descrição do padre Mattos Ferreira: "... A este feroz e profiado animal fazião render os caçadores pondo em hum tronco velho de huma árvore hum pouco de mel com hum masso e hum certo engenho, que quando hia a comer do mel dava-lhe na cabeça, e elle tanto mais profiava de gostar até que o masso o fazia render e ficava de vencido ...".

Miguel Dantas da Gama, dirigente do Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens (FAPAS), lembra que "ainda hoje existem vestígios de muros de pedra sobreposta, com cerca de dois metros de altura, na Serra Amarela, em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês. Estas silhas, como lhes chamam os locais, envolviam os cortiços e protegiam-nos das pilhagens dos ursos". Restos de um passado distante que a toponímia não esqueceu. "Couto do Osso é o nome de um vale recôndito na serra da Peneda", sublinha.

Com uma ponta de tristeza, Miguel Dantas da Gama recorda que o urso não desapareceu apenas do espaço físico, mas também da nossa memória colectiva. E essa é outra perda dramática. "Do conjunto das espécies extintas no Parque Nacional, esta é a de regresso mais difícil, quase impossível. Para muitos é demasiado tarde. Eu gostava de acreditar que é apenas demasiado cedo. Ao urso pardo falta espaço. O Gerês revela-se um território diminuto, em que os núcleos naturais interessantes foram drasticamente reduzidos e isolados", lamenta.

Agora, para apreciar a beleza deste carnívoro pachorronto e solitário há que ir ao jardim zoológico. Onde, pelo preço de um amendoim, um majestoso urso-pardo bamboleia o seu corpo e acena com as patas. ■

P.C





M. B.

Quando o clima das Astúrias se tornar demasiado agreste, os ursos de Somiedo irão procurar uma pequena gruta ou uma cova natural. Com o auxílio das suas poderosas garras irão proteger a entrada e arranjar uma cama, que os servirá durante cerca de três meses. Para as fêmeas grávidas, a hibernação servirá, ainda, para darem à luz duas a três pequenas crias que pesarem cerca de 350 gramas. Bem pouco, se comparadas com os cem quilos de envergadura das suas progenitoras.

"Durante a hibernação, os ursos não entram em estado de completa letargia, como sucede com outros animais. Pelo contrário, limitam-se a dormir enroscados com o focinho junto do minúsculo rabo, para aproveitarem melhor o calor corporal", avança Carlos com ar doutoral, antes de Pepe terminar: "O ritmo cardíaco baixa das 40 para as 10 batidas por minuto, a respiração diminui de 30 movimentos para cerca de 12. E o mesmo sucede com o funcionamento do aparelho digestivo. Mas pode despertar facilmente se for incomodado. E, nesse caso, a reacção normal será fugir. A menos que tenha filhotes".

Ao fim de um dia de trabalho árduo galgando os montes, recolhendo pêlos e excrementos, anotando observações directas ou localizando pegadas, os guardas da Patrulha Urso gostam de acabar o dia num qualquer cume das Astúrias conversando sobre o quotidiano. "Nunca hei-de esquecer quando saí da casa de guarda, no meio do carvalho, e quase esbarrei com "Moro". Foram longos minutos a olhar um para o outro sem saber o que sentir", relembra Pepe, enquanto António reforça: "Há ano e meio que trabalhos juntos nas zonas "urseiras". Já conhecemos cada bicho pelo nome, já nos cruzámos muitas vezes na serra. Mas cada vez que encontramos um deles, é um momento inesquecível".

Depois, sentados no chão e de binóculos na mão, esquecem por breves momentos os ursos e tentam observar os ritmos próprios da vida selvagem: o rebanho de camurças que desce a encosta, a águia-real que paira no alto, os grifos pousados nos penhascos abruptos. ■



Marcos Braga

Lutar contra o preconceito

A população de ursos-pardos nos Pirinéus está à beira da extinção. Os caçadores e os pequenos proprietários tacanhos nunca perdoaram aos ambientalistas franceses a reintrodução da espécie nestas montanhas que, outrora, eram o seu refúgio.

Do lado espanhol, sobrevivem apenas 1 a 2 animais. No Parque Nacional dos Pirinéus, criado pelas autoridades francesas em 1967 para proteger os ursos-pardos, restava – há quatro anos uma velha fêmea. A história dos ursos nestas montanhas magníficas, que separam a Península Ibérica do resto do continente, é dramática. O decreto que define as áreas do Parque Nacional deixou de fora as principais florestas que eram o último habitat dos ursos. A protecção continuou, mas apenas no papel: em 1972, é publicada legislação que proíbe a caça ao urso e, em 1987, a espécie é considerada protegida. As leis, regulamentos e portarias vinham tarde. Demasiado tarde. Nesse ano, calculam os cientistas, a população de urso nos Pirinéus franceses estava reduzida a uma vintena de animais. E a matança continuava: Claude, um dos ursos mais conhecido dos biólogos – seguido longas horas pelas encostas íngremes –, foi morto a tiro por caçadores furtivos em 1994.

Os números falam por si: em 1985 existiam, nos Pirinéus centrais, cinco ursos e estava confirmada a sua reprodução. Doze anos mais tarde, a espécie estava reduzida a um único exemplar. Na região de Béarn, também nos Pirinéus franceses, a perseguição foi igualmente brutal: em 1975 existiam vinte ursos, dos quais cinco eram crias desse ano; em 1979 já só sobreviviam 16 animais; em 1982, a população tinha descido para os 11 ursos; em 1990 descobriram-se apenas 3 exemplares e, em 1993, um único urso deambulava solitário.

Então com o apoio dos fundos comunitários Life avançou-se com um ambicioso projecto de reintrodução. Alguns autarcas apoiaram o projecto, desenvolveram-se estudos de biologia e sócio-económicos, realizaram-se acções de sensibilização e educação ambiental... A Eslovénia doou os animais e, em 1996 e 1997, foram devolvidos às altas montanhas pirenaicas alguns animais. Que foram cuidadosamente seguidos por várias equipas de investigadores e pisteiros, através da telemetria e com o apoio de meios aéreos. Actualmente, e depois de algumas mortes e de vários nascimentos, existem cinco ursos no sector de Béarn, dos quais apenas um é fêmea. Nos Pirinéus centrais, a situação não é muito melhor: estão confirmados um macho adulto, uma fêmea adulta – este ano acompanhada por duas crias – e ainda existe a possibilidade de estarem vivos mais 1 a 3 animais.

Os mais incautos poderiam pensar que, neste quadro, bastaria mais alguns reforços populacionais e que a sobrevivência dos ursos-pardos estava assegurada nos Pirinéus. Infelizmente, a situação é muito mais complexa. Os furtivos continuam a fazer baixas, especialmente entre as crias e os juvenis em dispersão. E os agricultores levantam a sua voz, queixando-se de prejuízos. As autoridades francesas, preocupadas com as repercussões que o descontentamento dos caciques locais poderá ter nas urnas, já falam na captura de todos os exemplares selvagens.

A batalha pelo urso-pardo ainda não está ganha. Mas os ambientalistas, os biólogos e os autarcas mais conscientes não estão dispostos a desistir. Eles sabem que, se baixarem os braços, é todo um património natural que perdem. Para todo o sempre. ■

P.C



Litoral português
Todas as agressões

vão dar à costa

Jaime Freita

Fundo de sol na zona entre-mares da praia de Águeda

As várias actividades que se instalam no litoral por iniciativa de empresas públicas ou privadas, e que colocam acima de tudo o lucro financeiro, aliadas à falta de uma gestão racionalizada do território de acordo com as suas aptidões e potencialidades, dão origem a modos de ocupação em que surgem com muita frequência conflitos entre utilizações vizinhas, efeitos anti-económicos resultantes da incompatibilidade entre elas e incoerência com o objectivo final das actividades económicas, que é o de, sem inadmissíveis injustiças sociais, e sem diminuir a qualidade do ambiente e da paisagem, assegurar uma boa qualidade de vida para todos.

O grande número de actividades que solicita espaço na faixa costeira, recomendaria uma gestão particularmente cuidada da utilização desse recurso escasso, de modo a tirar-se o máximo partido das suas potencialidades económicas, o que não tem acontecido em Portugal. Há actividades que se instalam em locais onde vão destruir a possibilidade de exploração doutros recursos por vezes mais importantes, outras que se implantam de modo a prejudicar actividades vizinhas, e dessa forma irracional de utilização dos recursos existentes derivam danos avultados para o país tais como:

A degradação dos recursos pesqueiros, uma vez que o deficiente controle da actividade pesqueira e da captura de moluscos e crustáceos, tem permitido o uso de artes de pesca que prejudicam a capacidade de recuperação dos pesqueiros e dos stocks. A redução acelerada das capturas de algumas espécies, como a sardinha, cujas capturas têm vindo a baixar sistematicamente a partir de 1970, é disso um bom exemplo.

A deficiente avaliação dos impactos ambientais de obras portuárias, como dragagens e aterros efectuados nos estuários de alguns rios, destruindo biótopos que constituíam viveiros de algumas espécies haliêuticas, conduziu à sua redução ou extinção nessas áreas.

O lançamento de efluentes industriais e urbanos sem tratamento prévio em rios, estuários e zonas pesqueiras do litoral, tem reduzido em alguns biótipos as condições de habitabilidade de certas espécies (como as ostras) e destruído o interesse comercial da sua produção. Também a produção de algas tem sido afectada em algumas zonas. O emprego de pesticidas em campos que drenam para rios perto da foz e a lavagem dos tanques de petroleiros que circulam ao largo da costa portuguesa prejudicam as condições ecológicas do meio marinho, a sanidade das praias e a qualidade de água para banhos.

As indústrias de celulose, as refinarias de petróleo, as centrais térmicas, as fábricas de adubo e de petroquímica, bem como os esgotos domésticos são os maiores responsáveis pela poluição de apreciáveis troços da costa portuguesa, reduzindo ou destruindo o seu potencial haliêutico.

A vaga de construções de toda a espécie ao longo do litoral, que ameaça ocupar toda a costa em poucas décadas conduz à degradação do património genético e biológico natural, destruindo muitos pequenos biótipos que servem de suporte a ecossistemas raros no país, e, por vezes, espécies ou variedades endémicas.

A excessiva "industrialização" dos estuários tem escorraçado deles, e deixando sem refúgio, algumas espécies de aves que costumam invernar nas zonas húmidas do litoral.

A construção de instalações hoteleiras e residenciais na proximidade de falésias até aí inóspitas ameaça destruir os últimos refúgios de algumas espécies faunísticas em vias de extinção no País.

A execução de obras costeiras, sem uma correcta antevisão dos seus efeitos secundários tem originado desequilíbrios na geodinâmica costeira e sujeitado alguns troços da costa a uma erosão marinha acelerada.

A exploração de águas subterrâneas sob a pressão da sobreocupação do litoral, está a conduzir em algumas zonas a um abaixamento pernicioso do lençol freático e por vezes à substituição de lençóis de água doce por água salgada.

A extracção de areias de dunas primárias em zonas de costa baixa tem exposto áreas agrícolas e habitacionais vizinhas à invasão do mar em alturas de tempestades marítimas, tendendo o fenómeno a agravar-se, devido ao facto desse litoral se encontrar face a um mar em transgressão.

Verifica-se entre as autarquias portuguesas do litoral uma tendência quase geral para facilitar o acesso ao mar, construindo estradas marginais ao longo da costa, a qual ficará, a breve prazo, totalmente exposta à degradação provocada pela circulação abusiva de veículos e pessoas, e pela indisciplinada vaga de construções.

A defesa do litoral

As praias arenosas que se estendem ao longo de cerca de 560km da costa portuguesa, devido à sua grande aptidão quer para o repouso quer para o recreio activo, conferem ao litoral português um extraordinário valor social, económico e ambiental. Prestam um serviço directo à saúde física e psíquica de milhões de portugueses que as procuram nas suas horas de lazer, proporcionando altos rendimentos ao país através da indústria turística. O litoral português tem de ver gerida a sua ocupação e utilização com o rigor necessário para assegurar a preservação das suas qualidades ambientais, do seu poder atractivo e, conseqüentemente, do seu valor social para as populações. Tem de ser gerido como um bem escasso, que é, se tomarmos atenção ao facto de que a cada português correspondem apenas cerca de 5cm de costa.

Ocupando porém as praias cerca de 60% da linha de costa, e estando sujeitas a uma sobreocupação humana, parte importante dos restantes 40% - que no Norte correspondem sobretudo a curtos troços de costa rochosa intercalada entre as sucessivas praias e às desembocaduras dos rios - deverá ser preservada como espaço de descompressão humana e como refúgio de vida selvagem, sobretudo nos troços que abriguem endemismos vegetais, ou espécies animais e biocenoses com pequena expressão no país ou em riscos de extinção.

A preservação do interesse recreativo, e portanto da atractividade das praias, tem de assentar no conhecimento das razões que explicam essa aptidão, e que tem muito a ver com a fuga ao stress das grandes cidades. Assiste-se, no entanto, em Portugal ao envolvimento das praias por ambientes tipicamente urbanos, quase tão viciados como aqueles de que os seus



utentes querem fugir, acontecendo isso não para corresponder ao bem estar e aos desejos da sociedade em geral, mas por pressão dos especuladores urbanísticos sobre o egoísmo duma minoria de utentes que julgam poder assenhoriar-se individualmente de uma parcela da atractividade daquelas praias comprando nas imediações um lote de terreno.

Outra forma de degradação da paisagem em que se integram as praias é a exploração mineira de materiais do seu subsolo - areias, barros, cascalhos, pedras, margas, minérios, etc. que abrem naquelas paisagens feridas mais ou menos aparentes e de lenta cicatrização.

A estabilidade do litoral é também frequentemente afectada por obras de engenharia costeira que, muitas vezes sem objectivos que as justifiquem, vão produzir impactos ambientais enormes e irreversíveis. Toda e qualquer estrutura que interfira com o transporte litoral de areia, acabará por afectar de algum modo o equilíbrio geodinâmico da costa e por obrigar à construção sucessiva de novas estruturas, noutros locais.

A destruição das dunas ainda existentes, quer por veículos motorizados, quer pelo constante pisoteio dos veraneantes, contribui também para a destruição desses ecossistemas e para a invasão pelas areias e pelo mar das terras agrícolas que as dunas protegem.

Para além do interesse recreativo das praias, algumas delas foram, desde há mais ou menos tempo, aproveitadas por pequenos núcleos de pescadores que acabaram por se instalar na sua vizinhança com carácter definitivo, nascendo assim aldeias piscatórias que actualmente se sentem também elas asfixiar pela ditadura do betão.

Na zona intertidal, além das praias, ocorrem outros ecótopos com vocação económica definida, como é o caso dos sapais e marismas costeiras cuja produtividade biológica, em espécies de moluscos e crustáceos, chega a superar a das melhores terras agrícolas.

Situam-se ainda na zona intertidal, as áreas mais vocacionadas para a extracção de sal, aquacultura extensiva, produção de energia a partir das marés e das ondas e instalação de estruturas portuárias industriais e de recreio. Os conflitos entre estes vários interesses levam muitas vezes ao esquecimento de que é preciso preservar zonas de praia arenosa e rochosa, zonas pantanosas e de falésias, pois a sua riqueza em espécies animais e vegetais tornam-nas espaços fundamentais para a preservação da biodiversidade e dos recursos haliêuticos de modo a que as gerações futuras possam usufruir igualmente de tal riqueza numa perspectiva de desenvolvimento sustentado que uma sociedade inteligente deve pretender.

Encarar o litoral como um recurso finito torna-se cada vez mais uma evidência e uma necessidade. Para que possamos continuar a usufruir de uma paisagem costeira equilibrada e saudável, na qual as zonas naturais tenham cabimento, é urgente a consciencialização de que o litoral de amanhã depende da forma como o planeamos e usamos hoje. A natureza não é um reservatório inesgotável, que tudo suporta, mas caminha sim para um ponto de ruptura devido ao uso e abuso que dela fazemos.

Algumas recomendações para o futuro

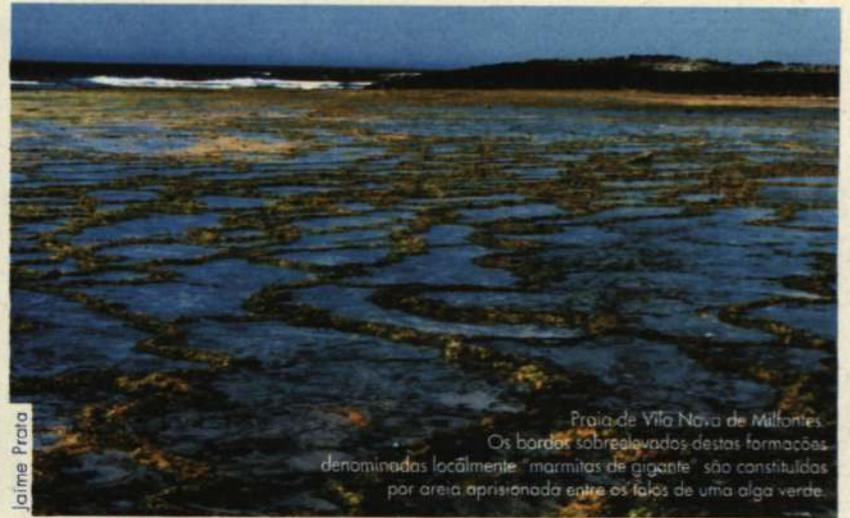
Nunca é demais falar da delapidação de recursos de que o litoral é alvo. Desde as dunas até ao sublitoral, as destruições sucedem-se e tudo parece ser um bom pretexto para se destruir mais uma duna primária, para se usar mais um método de pesca nocivo ou para se pilhar e descaracterizar a zona intertidal. Quem frequenta a beira-mar facilmente testemunha a destruição levada a cabo no intertidal, o que manifesta uma grande ignorância por parte da esmagadora maioria das pessoas que têm acesso ao litoral.

Muitas destas pessoas das mais variadas classes etárias, destroem os recifes da barreira (*sabellaria alveolata*) anelídeo poliqueta, completamente alheias à sua importância ecológica, apanham peixes de tamanho diminuto, sem o menor interesse gastronómico, bem como



Fundo marinho do sublitoral algarvio
Ponta da Piedade - Lagos

Jaime Prata



Jaime Prata

Praia de Vila Nova de Milfontes.
Os bordos sobreelevados destas formações denominadas localmente "marmitas de gigante" são constituídas por areia aprisionada entre os talos de uma alga verde.

pequenos crustáceos e moluscos que a maior parte das vezes acabam mortos no areal, destroem ao pontapé, nas rochas, inúmeros seres vivos de vida fixa pelo mórbido prazer de destruir...

É urgente inverter esta situação, através da regulamentação da apanha de animais e plantas na zona intertidal (actividade de que se ocupam e usufruem economicamente milhares de pessoas ao longo do litoral português sem pagarem impostos), e principalmente através da educação ambiental.

É necessário que se proporcione às pessoas um mínimo de conhecimentos sobre a ecologia da zona entre-marés, para que não se continue a assistir a um pisoteio indiscriminado de espécies sensíveis e a uma pilhagem de formas juvenis de espécies que têm interesse gastronómico e portanto económico, quando atingem o estado adulto.

Torna-se bastante difícil hoje em dia observar na zona intertidal indivíduos com o tamanho máximo, e muitas vezes mesmo com o tamanho médio para a sua espécie, de acordo com o que vem referido nos manuais. Qualquer pessoa que trabalhe com organismos intertidais, sentiu já esse problema que, por vezes, dificulta a própria identificação das espécies. Este facto é devido precisamente à apanha de espécimens, cada vez com menor tamanho, e que por isso nunca atingem a idade adulta.

É pois de extrema importância, conservar determinados troços da zona intertidal, criando zonas reservadas, onde as comunidades de seres vivos possam atingir o estado clímax e que funcionem ao mesmo tempo como verdadeiros museus vivos onde se possam estudar as espécies, onde se possam realizar acções de educação ambiental e de esclarecimento dos cidadãos sobre a importância e sensibilidade destas áreas e que sirvam também como zonas de dispersão e de repovoamento para o restante litoral.

O litoral português bem merece que se comece a olhar para ele doutra maneira. ■

Jaime Prata

Licenciado em Ciências do Meio-Aquático

A Importância da Educação Ambiental

A educação ambiental tem, nos dias de hoje, uma importância fundamental, pois se durante séculos o Homem viu na Natureza uma fonte de recursos que julgou ser inesgotável e tinha pelo ambiente apenas um sentimento economicista no sentido em que o planeta era para ser explorado até à exaustão, pretende hoje adquirir uma sensibilidade que lhe permita conservar a Natureza.

A mentalidade de uso, e muitas vezes de abuso, da Natureza para benefício do Homem que ainda hoje permanece em largas camadas da população tem de ser alterada. Para atingir esse objectivo nada melhor do que proporcionar aos jovens uma educação pela natureza e para o ambiente, que faça surgir neles uma maneira diferente de olhar para o mundo que os rodeia, dando-lhes razões para o proteger e conservar.

Muitos dos atropelos que se exercem sobre o meio ambiente são provocados por ignorância, mesquinhez e ganância, a que não estão imunes os técnicos superiores que têm responsabilidades e poder de decisão na gestão do nosso território, muitas vezes devido à inexistência ou deficiência na sua formação de noções de gestão ambiental e de ecologia.

É nesse sentido e com consciência de que os jovens de hoje serão os técnicos responsáveis de amanhã, que a educação ambiental é de extrema importância, pois fornece as ferramentas fundamentais e a consciência ecológica indispensável para que as gerações futuras não cometam os erros do passado e que ainda hoje infelizmente se repetem. ■

J.P.



Os perigos que ameaçam
a fauna selvagem

Mortes na estrada

Paulo Caetano



Joaquim Pedro Ferreira



Na berma da estrada, bem visível aos olhos dos automobilistas que conduzem com cuidado, está um cadáver. Estropeado, com as entranhas à mostra já ressequidas pelo abrasador sol alentejano. Quem parar ali – na IP2, que liga Évora a Portel – consegue descortinar que, antes de se tornar um nojento amontoado de peles e sangue, aquele corpo pertencia a uma pequena raposa cheia de vida, prestes a atingir a idade adulta.

E apesar de não existirem testemunhas do atropelamento, é fácil reconstituir o que se passou. É que neste troço da IP, tal como em tantas outras estradas do país, os automobilistas que viajam à noite gostam de aproveitar as longas rectas para carregarem mais no acelerador.

A pequena raposa, particularmente activa desde o crepúsculo, tentava abandonar o território onde nasceu e procurava novos espaços. Ou talvez viesse atrás de um coelho, para saciar a fome que a torturava desde o dia anterior. Mas dois faróis potentes encadearam-na e ficou sem reacção durante umas escassas fracções de segundo, vendo a máquina assassina vir em sua direcção. Talvez o condutor tenha tido tempo para tomar consciência da presença da pequena raposa no asfalto, mas já nada pôde fazer. À velocidade a que vinha, qualquer travagem brusca ou mudança de direcção poderia causar um despiste. E passou por cima do animal.

Estes casos são frequentes. Muito frequentes. E não atingem apenas raposas. Lontras, lobos, ginetas e saca-rabos, fuinhas, veados ou javalis são, também, vítimas frequentes. E o mesmo sucede com as aves, como as rapinas nocturnas, as garças, melros e gralhas, galinhas-de-água... Ou com os ouriços, as cobras, os sardões e as salamandras. A maior parte dos animais atropelados pertencem a espécies protegidas, que correm um sério risco de extinção. Pelo que qualquer morte não-natural representa, no curto prazo, uma perda importante do património genético e empurra a espécie para um beco sem saída.

Preocupados com o crescente número de animais mortos nas estradas e autoestradas portuguesas, o Centro de Estudos de Avifauna Ibérica (CEAI) decidiu lançar uma campanha nacional de sensibilização aos automobilistas, uma espécie de alerta do tipo "Se conduzir, não os atropela". E estão a tentar obter dos organismos oficiais, como o Instituto das Estradas (antiga JAE) e a Brisa, alguma receptividade para assinalar os "pontos negros" dos atropelamentos. "Os condutores têm de entender que as estradas por onde viajam rasgam habitats frequentados por espécies selvagens. Esse património natural é de todos e com a colaboração dos automobilistas e das autoridades é possível defendê-lo", afirmou à **Tribuna da Natureza** Joaquim Pedro Ferreira, dirigente do CAEI.

Os exemplos sinistros não faltam. O IP2, muito frequentado por membros do CAEI, serve como referência: 5 lontras encontradas mortas em 1999; vários toirões, entre os quais duas crias em Julho deste ano; gatos-bravos, raposas, fuinhas... "As noites são muito críticas, pois correspondem ao período de maior actividade dos carnívoros e das rapinas nocturnas. E as estradas que atravessam linhas de água são os locais onde se registam maiores mortandades, porque isolam territórios e impedem a dispersão de juvenis", sublinhou Joaquim Pedro.

Informação escassa

A maioria dos países europeus, incluindo a vizinha Espanha, já se preocupam com esta matéria há alguns anos. As associações de conservação realizam levantamentos periódicos de bichos atropelados, os investigadores dedicam-se a teses e participam em seminários, as autoridades tentam minimizar os impactos negativos das estradas construindo algumas barreiras ou sensibilizando os condutores.

Em Portugal, como é hábito, quase ninguém pensa seriamente nisto. José Silva Marques realizou, entre 1991 e 1992, um estudo pioneiro sobre os vertebrados mortos por atropelamento num troço de 20 quilómetros da Estrada Nacional 118, entre a Ribeira das Enguias (Entroncamento) e a subestação da EDP em Porto Alto. E os resultados foram assustadores: 57 corujas-das-torres mortas, 38 cobras-rateiras, 25 ouriços-caixeiros, 20 coelhos e 10 lebres, 13 cobras-de-escada, 10 corujas-do-mato, 8 galinhas-de-água, 4 saca-rabos e 4 noitibós, 3 raposas e 3 ginetas, 2 garças-boieiras, 1 gato-bravo e 1 lontra... entre tantos outros. Ou seja, segundo o autor do estudo, cerca de 60 por cento dos bichos mortos eram aves, enquanto os mamíferos contabilizaram 28 por cento do total. Os répteis ficaram em terceiro lugar nesta lista sinistra, com 12 por cento, e os anfíbios apenas registaram um atropelamento. "Existe uma maior abundância de mortalidade durante a Primavera e princípios do Verão. Estes dados parecem estar relacionados com a época de reprodução das espécies, sendo reflexo de uma maior abundância de indivíduos e da dispersão dos juvenis", alertou, no seu relatório, José Silva Marques.

Infelizmente, este estudo caiu convenientemente no esquecimento oficial. Mas as preocupações que lhe deram origem continuam bem presentes.



Joaquim Pedro Ferreira



Joaquim Pedro Ferreira



Joaquim Pedro Ferreira



Joaquim Pedro Ferreira



Perigo: lobo na estrada

O norte do país é outro problema. Sério. Uma autêntica "dor de cabeça" para os investigadores que aí trabalham. Claro que se encontram, mortos na estrada, os mesmo animais que no sul: toirões, lontras, ginetas, raposas, aves... Mas também - e aqui reside outro problema - são encontrados muitos cadáveres de uma espécie rara que só existe a norte do Tejo: o lobo-ibérico.

"As estradas do norte são tão más, ou piores, que as do sul. Ninguém respeita áreas protegidas, limites de velocidade, nada", desabafa Francisco Fonseca, professor na Faculdade de Ciências de Lisboa e presidente do Grupo Lobo. Em sua opinião, abundam os exemplos de estradas - ainda em projecto ou já construídas - que são prejudiciais ao ambiente, às espécies selvagens e às populações locais. "Querem construir uma estrada que corta ao meio o Parque Natural de Montesinho, projectam outra no Gerês - o nosso único Parque Nacional -, vão devassar o Paúl da Arzila... Isto já para não falar das estradas nos arredores de Bragança, do IP5 em direcção à Guarda e da via de alcatrão que liga Lamego e Castro Daire. Em todos estes locais - para além dos acidentes graves que vitimam crianças, famílias inteiras e condutores de veículos pesados -, são encontrados animais selvagens quase todos os meses", afiança.

Claro que isto não é um problema sem remédio. Existem soluções e Francisco Fonseca não hesita em apontar um dedo acusador: "As estradas deviam ser construídas olhando ao seu impacto futuro na natureza e no bem-estar dos cidadãos, em vez de se ligar apenas aos custos e aos negócios da construção civil. E depois de construídas, o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) deveria ser obrigado a acompanhar os impactos negativos provocados, de forma a poder minimizá-los".

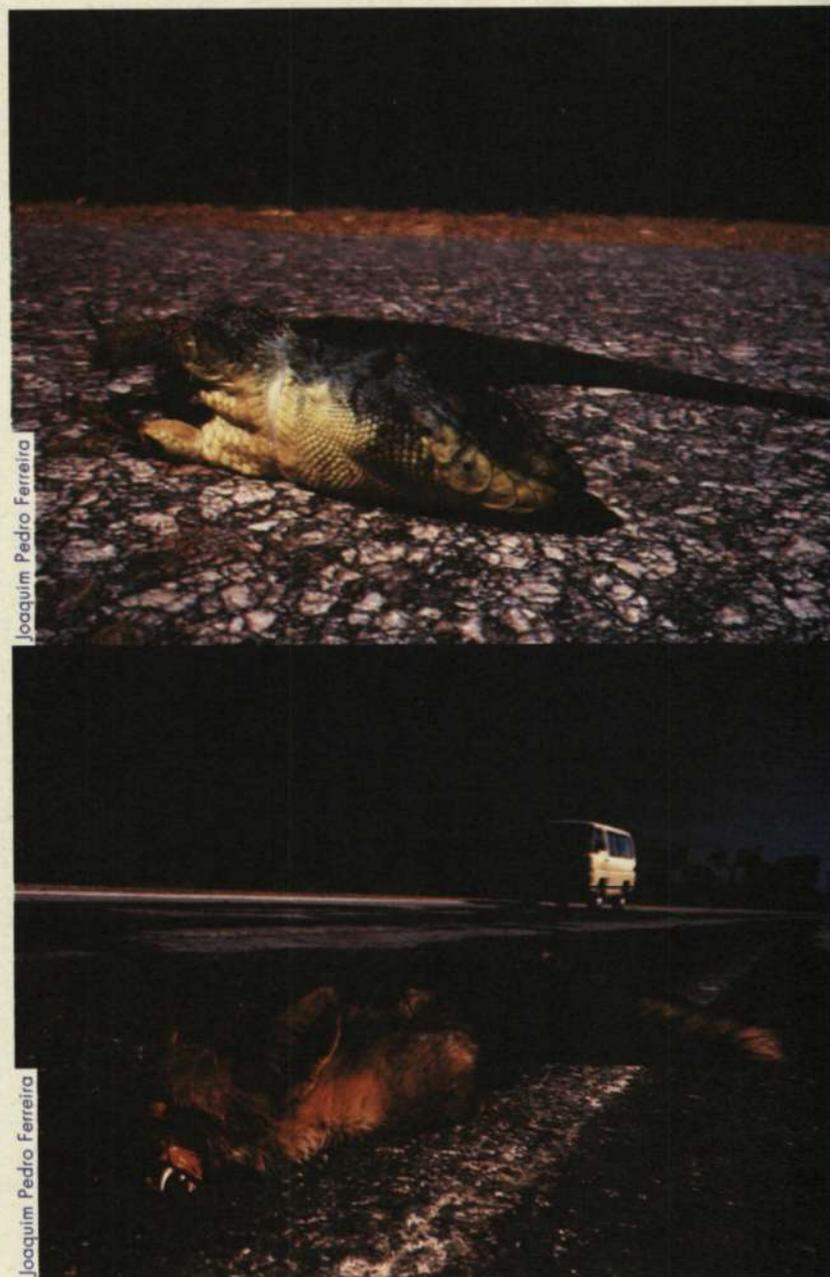
A construção de túneis e de obras de arte - a designação técnica para as pontes e viadutos - são, para este investigador, uma prioridade. Sempre com o objectivo de respeitar a natureza e as características da paisagem, como as linhas de água. Uma estrada erguida desta forma seria, obviamente, mais cara. Mas também permitiria que a fauna silvestre se deslocasse no território sem passar pelo alcatrão. "Na estrada de Castro Daire encontramos mortos, todos os anos, um ou dois lobos juvenis. E ainda estão a construir uma IP nova, paralela à estrada antiga", conta Francisco Fonseca, que acrescenta outros casos concretos: "Os lobos que morrem junto da Guarda ou de Lamego são importantíssimos. Mesmo que sejam apenas dois ou três por ano. As populações selvagens nestas zonas são muito reduzidas e os juvenis são essenciais para a preservação local da espécie. É uma causa de mortalidade não-natural a somar às outras, que poderia ser controlada e não o é".

Esta última ideia, apesar de ousada, não é nova. Os ingleses fizeram isso há quase uma década para proteger algumas espécies raras que eram constantemente vítimas dos automobilistas e o exemplo proliferou. Na Austrália, por exemplo, foram colocados nas estradas que atravessam territórios importantes de koalas e cangurus sinais de trânsito com fundo amarelo e com as silhuetas destas animais.

E em Portugal, por iniciativa das autarquias, criam-se dois novos sinais. Em diversos pontos do Algarve é possível encontrar um sinal triangular de perigo, com um camaleão desenhado, enquanto nas estradas do Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, se avistam sinais alertando para a presença de esquilos.

Independentemente da sinalética e das acções de sensibilização, a responsabilidade última é sempre dos condutores. Da sua consciência e do seu exemplo. "Não é só a fauna selvagem que está em causa. O atropelamento de um bicho pode levar a uma travagem brusca ou a um despiste, que colocam em perigo todos aqueles que andam na estrada.

E são sobejamente conhecidos exemplos de acidentes graves provocados pelo embate em caça grossa, como o javali ou o veado", sublinha Joaquim Pedro.



Joaquim Pedro Ferreira

Joaquim Pedro Ferreira

Por isso, e enquanto a campanha de sensibilização não chega às estradas, o CEAI deixa ficar alguns conselhos aos condutores: "O mais crítico é a noite, pois corresponde ao período de maior actividade dos mamíferos carnívoros e das rapinas nocturnas. E as zonas onde existem maiores probabilidades de surgirem repentinamente animais são as estradas rurais e aquelas mais afastadas das populações ou que estejam próximas de linhas de água. Nestes casos, só existe um cuidado a ter: conduzir com precaução". ■

Acompanhe com a

TRIBUNA DA

NA NATUREZA

a vida selvagem nas quatro estações

ASSINE... OU
NÃO SE ESQUEÇA DE
RENOVAR



Crédito Habitação BPI

**“Só escolhi a casa.
O BPI tratou de tudo”**

SERVIÇO de DOCUMENTOS

O BPI juntou o útil ao agradável. Agora, não só oferece uma taxa muito competitiva como, mediante o pagamento de 10.000\$00 (+ IVA), coloca à sua disposição o novo **Serviço de Documentos**. Deixe de se preocupar com os documentos matriciais ou fiscais, as requisições dos registos provisórios, as certidões necessárias à realização da escritura, o apontamento de liquidação de Sisa e a execução do pagamento das respectivas despesas. O BPI trata de tudo isto por si. Com um serviço assim, **nunca foi tão fácil comprar casa.**

Para mais informações ligue grátis **800 22 10 22**, consulte www.bancobpi.pt ou dirija-se já a um dos Balcões ou Loja Habitação BPI.

Nunca foi tão fácil comprar casa



Parque de Dunas da *Praia da Memória*

Projecto de Protecção, Valorização e Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS



Lisboa rumo à Sustentabilidade



A Câmara Municipal de Lisboa assumiu o compromisso de actuação rumo a um Desenvolvimento Sustentável em Lisboa.

A adopção da Carta das Cidades Europeias para um Ambiente Sustentável (Carta de Aalborg), do Plano de Acção de Lisboa e dos princípios da Agenda Local 21 fornecem importantes políticas orientadoras com vista a fazer de Lisboa uma cidade ambientalmente saudável.

Lisboa e Você merecem!

- 🌳 - Vista aérea de Belém
- 🍁 - Programa "Lisboa em Flor" Festa da Flor
- 🌿 - Av. da Liberdade
- 🌳 - Parque Recreativo do Alto da Serafina



Tribuna da N@TUREZA

Fonte quase inesgotável de informação em quase todas as áreas, também o ambiente e a protecção da natureza são contemplados na internet. Obviamente, para quem tiver tempo, um pesquisador de internet e uma adequada escolha de palavras-chave (no idioma conveniente) como «environment», «nature protection», «birds», «mammals», «wildlife» etc. trarão páginas e páginas de informação; em espanhol, menos mas mais específicas; em francês, idem; em português, a pesquisa será rápida se incluir a palavra «portugal» caso contrário o Brasil invadirá o seu monitor.

A Tribuna reuniu uma selecção, naturalmente limitada, de algumas páginas interessantes, nesta rubrica que se pretende periódica e regularmente actualizada. Começando por organismos oficiais portugueses, encontramos o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) no endereço <http://www.icn.pt> e o Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) em <http://www.ipamb.pt>. Não totalmente «em dia», mas merecem uma visita. Pelo menos agora já tem os endereços para onde protestar quando necessitar... Quanto ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT, para os connoisseurs...), se bem que com um grafismo agradável, o carregamento das páginas (em <http://ambiente.gov.pt>) é, tal como por vezes a sua actuação no terreno, um pouco lenta... Sintomaticamente ou não, o link "novidades" nada continha no dia em que a visitámos (18 de Setembro).

De interesse também são as páginas do Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), em <http://www.cnig.pt>, e do seu Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG), em <http://snig.cnig.pt>.

Quanto a associações ambientalistas, a Quercus pode ser encontrada em <http://www.quercus.pt> e o GEOTA em <http://www.despodata.pt/geota/index.htm#1>. Em Espanha, o FAPAS espanhol pode ser localizado no endereço <http://fapas.netcom.es>. O Consejo Ibérico para la Defensa de la Naturaleza (CIDN), a que pertence o FAPAS-Portugal, no <http://mastercom.bme.es/cidn/>. A ADENEX (Asociación para la Defensa de la Naturaleza y los Recursos de Extremadura) em <http://www.bme.es/adenex/index.html>.

Na União Europeia, obrigatório é visitar a página de Conservação da Natureza (<http://europa.eu.int/comm/environment/nature/home.htm>), onde encontrará tudo o que necessita sobre legislação ambiental da UE, Directivas das Aves, dos Habitats, e redes Natura 2000. Outro organismo repleto de informação - directorias, legislação, novidades - é o European Centre for Nature Conservation (ECNC), em <http://www.ecnc.nl>. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) tem também uma página em <http://iucn.org>.

Muita documentação, bases de dados, livros on-line sobre conservação, estão disponíveis em <http://publ.ac.uk/link/n/natureconservation.htm>. Notícias sobre ambiente, se bem que maioritariamente norte-americanas, podem ser lidas em <http://ens.lycos.com/aboutens.html>. Curiosa e a merecer atenção é a página <http://forests.org>.

Se nos virarmos para as aves, encontraremos milhares de páginas, das quais destacamos um simples mas interessante guia on-line, em <http://www.birdsofbritain.co.uk/bird-guide/index.htm>. A British Ornithologist's Union tem uma página em <http://www.bou.org>.

Para identificação de sons de aves e sonogramas, recomenda-se o completo <http://www-stat.wharton.upenn.edu/~siler/masi/eurosongs.html>. Menos completo mas com outras gravações é o <http://people.a2000.nl/fveen/birdsounds/>.

Raul Lima
rlim31@hotmail.com



Escaparate

"O LOBO"

Dar a conhecer melhor o lobo, esse animal mítico que é, afinal, um dos mais emblemáticos componentes da nossa fauna é o objectivo confessado deste estudo, agora publicado. Se é verdade que ninguém ama o que desconhece, o biólogo Luís Moreira, autor deste livro, presta assim um serviço à conservação do grande carnívoro em Portugal.

A obra refere-se ao lobo utilizando vários ângulos de análise ("a alcatéia", o "uso do espaço, actividade e movimentos", "reprodução", "alimentação", "o nordeste de Trás-os-Montes, um dos últimos refúgios", "a conservação") mas deixando sempre mostrar o fascínio que o predador exerce sobre os que o observam e estudam.

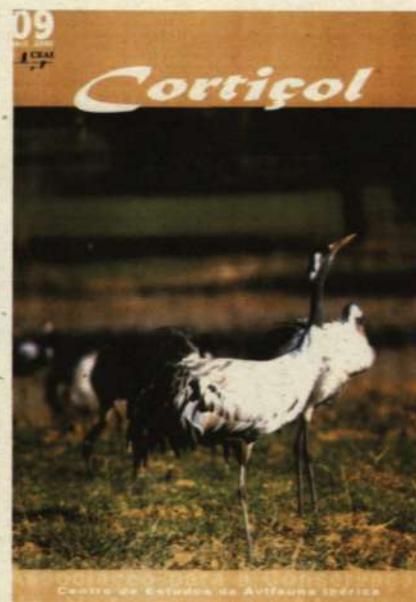
Edição: João Azevedo editor, Mirandela, colecção "Património Natural Transmontano".



"CORTIÇOL"

É uma ave ameaçada em Portugal que dá o nome a esta revista, resultado de trabalho persistente e criativo do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica (CEAI), uma associação alentejana com obra feita no tocante à conservação da natureza. O número 9 deste ano (com os belíssimos groux na capa) insere abundante material de interesse. Um estudo sobre "o estado da conservação da natureza em Portugal", notícia da construção da Estação Biológica do CEAI, trabalhos sobre "os mamíferos carnívoros em Portugal" e "A hibernada do groux no Alentejo", entre muita informação valiosa.

Contactos: CEAI- Prol. Av. Infante Henrique, T.7 R/C - 7000-720 Évora
Telefone: 266746102
E-mail: ceai.nest@mail.telepac.pt



"TERRA"

Vem da Galiza, "o país dos rios" e é editada pela Federación Ecoloxista Galega, instituição que não raro tem colaborado estreitamente com os ambientalistas portugueses, como foi patente no caso da defesa do rio Minho contra a barragem de Sela. Chama-se então "Terra" e é o boletim da FEG, cheia de notícias desse verde rincão vizinho, mas onde os problemas ambientais e as agressões à natureza reclamam a denúncia e o trabalho ecologista. Vale a pena conhecer o esforço e os problemas dos nossos amigos galegos.

Contactos: Federación Ecoloxista Galega
Apdo.: 949.15700 Santiago
Telefone: 981575444
E-mail: feg@jet.es
<http://web.jet.es/feg/index.htm>



NESTE OUTONO EM POUCAS PALAVRAS

AQUECIMENTO Um relatório do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), intitulado "aquecimento global e declínio da biodiversidade terrestre" lançou um alerta sobre as previsíveis consequências do chamado "efeito de estufa" nas espécies animais e vegetais.

Segundo o estudo, um terço dos "habitats" terrestres da fauna e da flora está ameaçado pelas alterações climáticas, e a sobrevivência das espécies irá depender da sua capacidade de adaptação a um quadro que se altera com demasiada rapidez. O que pressupõe migrações de muitas formas de vida, o que pode não ser possível para uma boa parte delas. Face ao derretimento dos gelos, causado pelo aumento da temperatura e ao avanço dos mares nas regiões costeiras (as zonas mais directamente ameaçadas são as mais frias, como o norte do Canadá, Rússia e Escandinávia), as consequências serão desastrosas. Para muitas espécies de plantas, segundo o WWF, seria necessária uma "migração" dez vezes mais rápida do que a provocada pelo último recuo glacial, há 13 mil anos: "poucas espécies de plantas conseguem mover-se mais rapidamente do que um quilómetro por ano", assegura a organização.

"É tempo de os líderes políticos acordarem e fazerem da redução do efeito de estufa a sua prioridade. A Cimeira do Clima, em Novembro, na Holanda, será uma ocasião única para evitar uma catástrofe que transfiguraria o mundo tal como hoje o conhecemos" afirmou a directora da campanha do WWF sobre alterações climáticas.

DESFLORESTAÇÃO Uma boa notícia: nos anos 90, a taxa de desflorestação nos países tropicais diminuiu dez por cento em relação à década anterior. A informação consta de um estudo preliminar da Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) e foi obtida a partir da análise de 300 imagens de satélite.

A tendência para a melhoria parece clara nessas imagens, pois metade delas mostra uma redução da destruição das florestas e só vinte aponta para um aumento. Esta evolução positiva deve porém ser vista com ponderação, já que revela uma desaceleração do processo destrutivo e não uma paragem do mesmo, e muito menos uma inversão do panorama.

A FAO revelou que, entre os anos 80 e 90, os países em desenvolvimento perderam 15,5 milhões de hectares de floresta, anualmente. O referido estudo será sujeito a uma avaliação global no final deste ano, mas a organização da ONU deixa claras as principais causas do avanço da desflorestação nos trópicos: a expansão da agricultura de subsistência na África e na Ásia e os grandes programas de desenvolvimento económico que envolvem a fixação de populações, a agricultura e infra-estruturas, sobretudo na América Latina e Ásia. Outras causas serão o corte excessivo de madeiras para a indústria e para obtenção de energia, o fogo, as pragas e doenças, as tempestades e a poluição atmosférica.

LISTA VERMELHA A célebre Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas, autêntico inventário global das formas de vida que correm perigo (maior ou menor) de extinção, foi agora actualizada. A cargo da União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), a Lista Vermelha não era actualizada desde 1996, e estes quatro anos, a julgar pelos resultados apurados, não foram bons para a diversidade biológica da Terra.

No total, são agora consideradas em "elevado risco de extinção" 11.046 espécies de animais e plantas e outras sete mil estão no limiar dessa classificação. A UICN divide as espécies em oito categorias: extinta, extinta no estado selvagem, em estado crítico, ameaçada, vulnerável, baixo risco, dados insuficientes e não avaliada. Uma espécie é considerada em risco de extinção se estiver abrangida pelas categorias em estado crítico, ameaçada ou vulnerável.

A própria UICN reconhece que esta Lista pode ser apenas a "ponta do icebergue", dado o insuficiente conhecimento actual da biodiversidade existente, enquanto podem estar em perigo numerosas espécies que nem sequer foram assinaladas e classificadas pela ciência.

A destruição do habitat está na origem de 89 por cento das ameaças a espécies de aves, 83 por cento dos mamíferos e 91 por cento das plantas avaliadas. Os ecossistemas que albergam maior número de mamíferos e aves são as florestas tropicais. Os habitats de água doce são considerados "muito vulneráveis". Quanto às plantas, o número de espécies conhecido deve estar muito longe da realidade, mas a UICN classifica como ameaçadas 5611 espécies, a maior parte das quais árvores. Entre as maiores potências mundiais em biodiversidade contam-se a Indonésia, a Índia, o Brasil, a Malásia, o Peru, a Colômbia e a China.

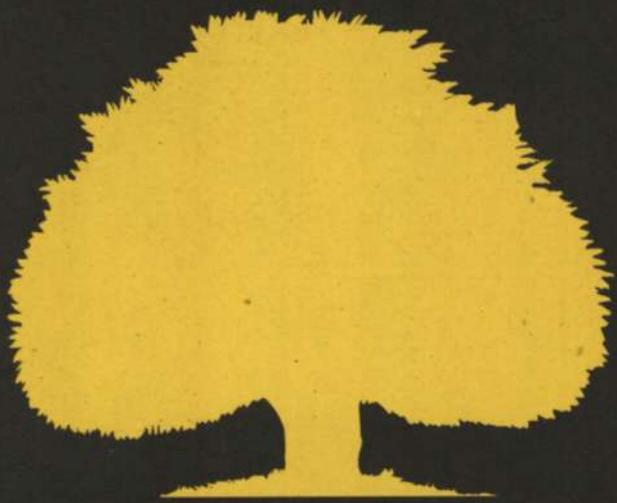
Em Portugal - um dos países europeus com maior índice de diversidade de espécies - a UICN inclui 139 espécies na Lista Vermelha como ameaçadas, incluindo as espécies marinhas que habitam nas águas territoriais do Continente, Açores e Madeira. A Lista Vermelha da UICN pode ser consultada na internet, nos endereços <http://www.iucn.org> e <http://www.redlist.org>.

LONTRAS A zona na bacia do rio Guadiana que vai ficar submersa pelo enchimento da barragem do Alqueva, foi palco de uma experiência inédita no nosso país - a captura de lontras para reintrodução na zona do Parque Natural de Aiguamolls de l'Empordà e nas bacias dos rios Muga e Fluviá, na Catalunha.

A operação, a cargo de uma equipa luso-espanhola, resultou na captura de dezasseis lontras, que foram posteriormente libertadas na reserva catalã, no âmbito do chamado projecto Ulúdriga, um vasto programa de reintrodução da espécie naquela região de Espanha, a decorrer desde 1994.

Revela-se assim a importância faunística da área do Alqueva, cuja diversidade biológica será irremediavelmente afectada pela construção da grande barragem e deve assinalar-se também a viabilidade de projectos de recuperação e reintrodução de espécies, projectos esses infelizmente quase inexistentes em território português. 

Publicidade



Comunicação que dá frutos.

Por amor à natureza fizemos a concepção criativa e o design gráfico da Tribuna. Por amor à Comunicação estamos dispostos a fazer, por si, tudo o que precisar. Fale connosco.

M I L É N I O
Publicidade e Marketing Comportamental
box@milenio-pub.pt Tel. 214 403 100

Publicidade



EDUCAÇÃO AMBIENTAL LDA.

Exposições
Exposições

Comunicação
Comunicação

Oficinas Ambientais
Oficinas Ambientais

Formação Ambiental
Formação Ambiental

Percursos na Natureza
Percursos na Natureza

Animação Ambiental
Animação Ambiental

Ações com Escolas
Ações com Escolas

UMA EMPRESA AO SERVIÇO DO AMBIENTE

RUA 25 DE ABRIL, 361,4º - SALA 407 o 4420-356 GONDOMAR
TELEF: 224649841 o FAX: 224634938 o E-MAIL: espacoterra@net.sapo.pt



Agenda

QUERCUS O núcleo do Porto da Quercus leva a efeito, nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro, uma **saída de campo** até às Lagoas de Villafafila (Zamora, Espanha), uma excelente oportunidade de contacto com uma das jóias naturais do país vizinho.

Informações/inscrições: Quercus Porto, a/c Ana Barata, 965876381 - 223320324.

ALENTEJO Uma exposição de fotografias, intitulada "**Paisagem Alentejana, sua Fauna e sua Flora**", organizada pelo CEAI (Centro de Estudos da Avifauna Ibérica) estará patente em diversas localidades do sul do país até ao próximo mês de Maio.

Esta exposição itinerante visa "mostrar alguns dos retalhos que compõem a paisagem alentejana. São "bocados de paisagem" que reflectem a interacção da actividade humana com o meio que nos envolve (...) o ar, o solo, a vegetação, a fauna, a flora, o Homem, ... tudo é paisagem".

É possível vê-la em Arraiolos (21-29 Outubro, no auditório municipal), em Aleito (1-12 Novembro, no Centro Cultural), em Serpa (15-23 Novembro, no Cine-teatro), em Alter-do-Chão (25-29 Novembro, Cine-teatro), Portel (1-10 Dezembro, nos celeiros antigos) e Lisboa (18 Dezembro a 3 Janeiro, na Casa do Alentejo).

EDUCAÇÃO As **VIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental** são uma iniciativa da Aspea - Associação Portuguesa de Educação Ambiental, e terão lugar em Tavira, dias 26, 27 e 28 de Janeiro de 2001. As inscrições podem fazer-se até 15 de Dezembro dirigindo-se a: Aspea - Apartado 1078 - 3813 Aveiro Codex, T.M. 917287995, fax 234371139.

CONCURSO Uma associação de Vila Viçosa, a Associação Juvenil Padre Espanca, possui uma secção de ambiente. Com o apoio de diversas instituições, decidiu agora dar corpo a iniciativas na área da conservação da natureza.

O **1º Congresso de Ilustração da Vida Selvagem** é uma aposta na criatividade artística dos jovens amantes da natureza, dividindo-se em três categorias (dos 10 aos 15 anos, dos 16 aos 20 anos e maiores de 20) sendo atribuídos três prémios diferentes.

Informações adicionais podem ser pedidas: Ajupe, telefone/fax 262989753, telemóvel 919062490, E-mail: sa.ajupe@clix.pt

CASTRO VERDE O **Centro de Educação Ambiental de Castro Verde (CEA)** é um local dinâmico e interactivo onde estão disponíveis informações e recursos ambientais diversos. Situado no coração da estepe cerealífera alentejana, o CEA é um local de visita obrigatório. Esta infra-estrutura é da responsabilidade da Liga para a Protecção da Natureza - LPN.

Para quem queira passar algum tempo em contacto com a paisagem e a fauna, nomeadamente as aves da estepe, pode aproveitar as visitas guiadas disponibilizadas pelo CEA.

Contactos: CEA - Herdade do Vale Gonçalinho, Castro Verde. T.M. 966489092, telefone 286328309.

JORNADAS As **II Jornadas de Biologia Aplicada** da Universidade do Minho vão realizar-se à 8, 9 e 10 de Novembro, no Campus de Gualtar, CP2. Temas a abordar:

Dia 8 - Ecologia, biologia animal, antropobiologia

Dia 9 - Microbiologia, micologia, biologia vegetal, genética

Dia 10 - Biologia aplicada a... bioética.

ASSINATURAS

TRIBUNA DA

NATUREZA

A VIDA SELVAGEM NAS QUATRO ESTAÇÕES

Receba em casa a vida selvagem nas quatro estações

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Localidade _____

Quatro Números: 1.500\$00 • Pedidos a: Tribuna da Natureza

Rua Alexandre Herculano, 371 - 4º Andar Dto.-4000 PORTO

Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55 • E-mail: fapas@mail.esoterica.pt

Natureza notável

O SOBREIRO DE S. GERALDO



Luis Rodrigues

Este majestoso Sobreiro (*Quercus suber* L.) está situado no largo da capela de S. Geraldo, na freguesia de Veiros, concelho de Estarreja.

Tem 5.9 metros de perímetro (a 1.3 metros do solo), 18.5 metros de diâmetro de copa e cerca de 10 metros de altura e está classificado como "árvore de interesse público".

Em 1996, data da classificação, foi estimada a idade da árvore, pelos técnicos do Instituto Florestal, em cerca de 550 a 600 anos, sendo de destacar que o sobreiro está revestido da cortiça virgem. É de assinalar a forma exemplar com que é tratado por toda a população da aldeia, que ao longo de todos estes anos mantiveram a árvore com o seu porte natural podendo apenas, muito ligeiramente, os ramos orientados para a estrada, para permitir a passagem dos automóveis sem que a danifiquem.

Como único factor de perturbação podemos assinalar a recente pavimentação com asfalto da estrada contígua ao sobreiro, facto que impermeabiliza uma parte significativa da área ocupada pelo sistema radicular, alterando assim as condições edáficas anteriormente existentes. **N**

Luis Rodrigues

Cirurgião de árvores

Luisa Marques

Bióloga

TRIBUNA DA NATUREZA N.º 5 Inverno 2001

NATUREZA

A VIDA SELVAGEM NAS QUATRO ESTAÇÕES

No próximo
Inverno

Destaques:

- A fauna geresiana de há 300 anos
- Os últimos dias antes do Alqueva
- A gralha-de-bico-vermelho
- Leituras selvagens - Capítulo II
- A Europa da Natureza





Raul Lima

O que é tradicional é bom?...

Não dispondo de máquina fotográfica nesse dia, recorro a uma fotografia que tirei há 12 anos. Substituindo esta gralha na indesejada função de espantalho, pude deparar, neste Agosto, com o seu infeliz sucessor, num campo de milho próximo, na região Centro do país: um gaio, havia poucas horas ou dias lá colocado.

Tradição? Talvez, mas tal como com todas as touradas (Barrancos é, com um final diferente, mais uma), trazendo subjacente uma insensibilidade e crueldade de que alguns tentam fazer «tábua rasa».

Ilegalidade? Por certo, mas de que serve a denúncia de um caso particular?

Ignorância? Completa. Culpa de certas tradições mas, também, da falta de informação sobre o porquê de certas ilegalidades: se não é necessário explicar a ninguém por que razão não se pode matar um ser humano, já o mesmo não se passa em relação à morte ou sofrimento dos animais.

Ainda persiste, em particular no nosso país (e, se nada for feito, por muito mais tempo perdurará) o conceito de que «animal» é para servir o Homem.

Cumpra, então, a todos – em particular, ao Estado através das entidades públicas mais directamente responsáveis (governamentais, autárquicas) - fazer com que a protecção ambiental, em todas as suas vertentes, possa e deva ser preocupação de todos. Esclarecendo, informando. Explicando que o desaparecimento de um animal ou de uma planta, com todo o património genético e história da Vida na Terra que transporta, é culpa de todos se em nada contribuirmos para o impedir. É informação irrecoverável que se perde. É ciência e conhecimento que se perde. É parte de algo que há alguns milhões de anos nos acompanha e que não temos o direito de fazer desaparecer.

Para que a morte desta gralha e daquele gaio, simbólicos representantes de tantos outros animais, não tenha sido em vão.

Raul Lima

